



Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Coordenação de Graduação de Ciências Sociais

O perfil social dos policiais rodoviários federais

Gustavo Pegoraro Martins

Orientador: Prof.^a Dr. Carolina Zucarelli

Niterói - RJ

2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

M379p Martins, Gustavo Pegoraro
O perfil social dos policiais rodoviários federais /
Gustavo Pegoraro Martins ; Carolina Zucarelli Soares,
orientadora. Niterói, 2020.
66 p. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Sociais (Bacharelado/Licenciatura))-Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia,
Niterói, 2020.

1. Educação. 2. Desigualdade Social. 3. Perfil social. 4.
Polícia Rodoviária Federal. 5. Produção intelectual. I.
Soares, Carolina Zucarelli, orientadora. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

Gustavo Pegoraro Martins

O perfil social dos policiais rodoviários federais

Monografia apresentada, como requisito final para a obtenção do título de Graduação, no Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Coordenação de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr. Carolina Zucarelli (Orientadora)

Prof. Dr. Nelson Diniz de Carvalho Filho

Prof. MsC. Maurício Oliveira Montojos

Prof. MsC. Robson Oliveira Lopes

Niterói - RJ

2020

DEDICATÓRIA

*A Ciléia (mãezinha), Eraldo (paizeco), Gabriel (brother) e Juliana (amor)
que são a razão da minha existência e continuidade.*

Em memória de Lea (tia), mais viva do que nunca.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ciléia Guijarro Pegoraro Martins, pelo incansável apoio diário aos meus estudos e por ser uma mulher representante do movimento feminista, que lutou para estudar e trabalhar, demonstrou que a educação é construída em diversos espaços, inclusive dentro de casa.

Ao meu pai, Eraldo de Souza Martins, que é exemplo de superação ao nosso sistema de reprodução de desigualdades sociais, trabalhou no campo, foi explorado, estudou, lecionou, trabalhou na cidade e continua ministrando aulas no sistema público de ensino, é um idealista, educador e exemplo de ser humano que ama o “outro”, os animais e o meio ambiente.

Ao meu irmão, Gabriel Pegoraro Martins, por ser meu verdadeiro amigo e incentivador dos meus projetos, que abriu, mostrou e adubou os melhores caminhos da minha vida. Presente nas minhas melhores lembranças da infância, adolescência e vida adulta; temos as mesmas paixões: a Família, o Flamengo e as “duas rodas”, que também escolheu a Polícia Rodoviária Federal como vida.

À minha esposa, Juliana Santos Souza Pegoraro, por ter entendido em 17 anos de convivência ininterruptas a minha ausência em determinados períodos das nossas vidas, mesmo assim sempre me apoiando em tudo. Já somos um único ser humano, que sofre, ri e chora junto, que realiza, constrói e está presente em todos os nossos sonhos.

A minha tia, Lea Guijarro Pegoraro, que não se encontra mais fisicamente conosco, mas não deixa de estar presente diariamente em minhas emoções, pensamentos e escolhas. Foi uma grande torcedora da minha vida, mesmo cega me ensinou a enxergar a vida como ela é.

A minha tia, Rutiléa Alves Martins, que venceu suas limitações físicas e não mediu esforços para me ensinar, criar e alimentar na minha infância. Hoje, mesmo distante, me coloca em suas orações para minha proteção profissional.

A minha orientadora, professora e coordenadora, Carolina Zucarelli, que é um exemplo de servidora pública, muito além de professora, exerce com maestria o papel de educadora, que entende, vê e ensina o seu educando, sua dedicação é contagiante, sua atenção é o seu diferencial. Esta obra e a finalização de minha segunda graduação têm a sua presença.

Maria Aparecida Santos de Oliveira, que ajudou a me criar, me ensinou nas corridas diárias e diminuiu o meu cansaço com piadas e cafezinhos.

Aos “amigos da rua” e da minha segunda família: o GPR Motorcycle, em especial: Alexandre, Alexandre Cavalcanti, Bafo, Bruno, Felipe, Marcel, Bóris, Marcos “Orelha”, Adelson, Viviane “muleke”, Gunther, e Theo, pela companhia do dia a dia e pelas diferentes visões acerca do tema, o que provocava inquietação e busca por respostas.

Aos meus amigos da minha primeira graduação (Geografia) que contribuem até hoje para a minha formação intelectual: Maurício, Nelson, Nicola, Robson, Renan, Renata, Thayná e Fernandinha, que, com as conversas estabelecidas nos bares, trabalhos de campo e corredores, me possibilitaram enxergar a vida de diferentes ângulos e melhor entendê-la, fazendo com que transformássemos em uma família.

Aos irmãos da família Polícia Rodoviária Federal que dedicam sua vida, sua saúde e seu tempo para o fortalecimento da instituição, em especial os que foram lotados na 3º delegacia de Marabá, estado do Pará, e os atuais lotados no Grupo de Motociclistas do Rio de Janeiro: A. Galvão, Agostinho Neto, Charles Batista, Edilson, Everson, Fabio Taneno, Gilmar, Joel de Souza Ramos, Luciano Borges, M. Coutinho, Maurício, Montezuma, Rafael Tadeu, Rodrigo Nascimento, Peixoto, Seidel e Rodrigo Corrêa (em memória). Para essa obra acontecer contamos com o Roberto Brustolim Júnior, PRF aposentado (um dos responsáveis pelo museu da PRF no estado do Paraná); PRF Nelson Teixeira (em memória), José Luiz Teixeira, PRF aposentado, José Carlos de Oliveira Costa, na ativa, lotado na 6º delegacia de Petrópolis-RJ.

Ao PRF aposentado Nelson Teixeira, um dos informantes de nossa pesquisa, que ainda em vida forneceu diversos relatos para esse trabalho. Além de ter vivido a polícia com o seu intenso trabalho, contribuiu para o fortalecimento e crescimento da Instituição. Seus dois filhos também foram PRF’s. Até 24/09/2020, data do seu falecimento, era o PRF vivo com mais idade.

Aos alunos que participaram do Curso de Formação Profissional na Universidade Cooperativa da PRF de 2019, em Florianópolis, Santa Catarina, que se esforçaram para “chegar lá” e creditaram informações da sua trajetória de vida para construir esse trabalho, hoje, “amigos de uniforme”.

Aos meus amigos e amigas das Ciências Sociais da UFF Niterói, em especial Nathalia Santos Klippel, Gabriel Oliveira de Magalhães Medeiros, Hemilim Lessa e Giovana Luz que tanto me acolheram e orientaram pelos caminhos das disciplinas, trabalhos e projetos pedagógicos, contribuindo para o mais valioso da vida: a construção do conhecimento.

Aos professores efetivos e contratados dos departamentos da UFF, que, de alguma maneira, contribuíram para a minha formação acadêmica.

A todos estudantes e professores espalhados por esse Brasil, que, de alguma maneira, tentam mudar esse mecanismo de reprodução de desigualdade social.

CENÁRIOS SOCIAIS

Diante do vão da desigualdade e da indiferença social,
Existem comunidades inteiras de egos elevados,
Representando modéstias falsas e orgulhos exacerbados.
Num cenário absurdo, frio de sentimento e brutal.

Existem dois mundos desiguais que se cruzam sem comunhão,
Neles, multidões nunca se acenam e quase nunca se tocam,
Estão todos dentro de um panorama de vida real,
Vivendo uma existência sem amor e sem emoção.

Diante de uma grande aglomeração de vidas humanas,
Existem numerosos contrastes bastante explícitos,
De um lado – a abundância, o desperdício, e a esperteza desonesta,
E do outro – a doença, a fome, a nudez e vidas insanas.

Nas personagens reais que atuam nas entrelinhas da vida,
Existe uma fome que grita eloquente nos pobres desvalidos,
Mas ninguém ouve esse grito! Estão todos surdos!
Estão todos mergulhados em seus propósitos, em sua própria lida.

Existem aqueles que não sabem mais o que é o viver,
Eles vegetam no campo árido de seu próprio existir,
Sem nenhuma consciência real, sem nada mais desejar para si,
Da vida que levam, e do ar que respiram, vivem sem nada compreender.

Existe ainda uma grande multidão que quer fazer o bem,
Plena de conhecimento – sabe que, um abraço aquece e conforta,
Mas sua resistência ainda é muito maior do que o seu amor,

E o medo de ser afetada pelos sofrimentos do outro, a detém.

Existem tantas sociedades no consumismo inconsciente,
Quanto existe em seu meio aqueles que nada possuem.
Estão todos juntos, em um mesmo barco, em um mesmo caminho,
Vivendo de uma mesma vida de altos e baixos – inconsistente.

Diante do espelho exposto na face do irmão,
Ninguém consegue ver a si mesmo, nem se reconhecer como família,
E todos vivem numa crença preenchida por delírios,
Numa existência cega, sem sentimentos, sem o calor do coração.

Rozilda Euzébio Costa

SUMÁRIO -

Listas (lista de tabelas, lista de figuras e lista do apêndice)	p.11
Resumo	p.13
Introdução	p.14
Capítulo 1: Trajetórias educacionais	p.16
Capítulo 2: Mudanças na composição social da PRF	p.28
Capítulo 3: Origem e destino: O perfil social dos policiais rodoviários federais	p.44
Considerações Finais	p.56
Referências Bibliográficas	p.58
APÊNDICE – Perguntas das entrevistas	p.65
Link`s dos resultados individualizados da pesquisa e dados de todos alunos do CFP	p.66

LISTA DE TABELAS

1	Tabela 1: Nomenclatura e período da Polícia Rodoviária Federal	Cap. 2
2	Tabela 2: Quadro de Concursos Públicos, Ascensão Funcional e Cursos de Formação da PRF (1935 – 2019)	Cap. 2
3	Tabela 3: Quadro comparativo entre Ensino Público x Privado em seus níveis educacionais	Cap. 3
4	Tabela 4: Quadro distributivo de COR/RAÇA entre a população Brasileira x alunos da PRF	Cap. 3
5	Tabela 5: Distribuição de renda – Brasil e alunos do CFP	Cap. 3
6	Tabela 6: Quadro síntese do perfil social da PRF	Cap. 3

LISTA DE FIGURAS

1	Figura 1: Antônio Félix Filho, o Turquinho, 1º Policial Rodoviário Federal	Cap. 2
2	Figura 2: Portaria de Nomeação e Posse do Concurso Público de 1968	Cap. 2
3	Figura 3: Foto do dia da formatura e nomeação dos 1.134 alunos do Curso de Formação da PRF de 2019	Cap. 3
4	Figura 4: Aula teórica da disciplina de Estratégia Institucional e Governança	Cap. 3

LISTA DO APÊNDICE

1	Perguntas elaboradas para os alunos do curso de formação da PRF de 2019.	
2	LINK dos resultados individualizados da pesquisa e dados de todos os alunos do CFP	

RESUMO

Um dos debates clássicos da sociologia é aquele que relaciona a origem socioeconômica dos indivíduos com suas trajetórias educacionais e profissionais. Em geral, as pesquisas dedicadas a esse assunto apontam para um padrão de reprodução das desigualdades que tem no sistema educacional um dos elementos centrais para a garantia da sua durabilidade e estruturação. Essa pesquisa tem como objetivo observar, a partir das trajetórias educacionais e ocupacionais dos policiais rodoviários federais (PRF), em que medida a origem socioeconômica segue sendo determinante na organização do acesso a melhores oportunidades educacionais e no mercado de trabalho. Para isso, apresenta o histórico de expansão das oportunidades educacionais, com destaque para a democratização do acesso aos anos iniciais do ensino básico e para as possibilidades de progressão escolar que possibilitou, lançando luz sobre a recente expansão da educação superior. O levantamento de dados foi feito através de pesquisa em documentos de arquivo disponibilizados pela PRF, entrevistas com antigos servidores e aplicação de questionário aos estudantes do curso de formação da PRF. Os resultados indicam que são homens, brancos, com melhores oportunidades nas trajetórias educacionais que passam a compor o quadro da instituição.

PALAVRAS-CHAVE

Desigualdade social; trajetórias educacionais; trajetórias profissionais.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se insere em um debate mais amplo acerca da relação entre origem socioeconômica e seus efeitos sobre a trajetória educacional e profissional dos indivíduos. Estudos no campo da sociologia já indicaram que as oportunidades no sistema educacional e no mercado de trabalho são fortemente condicionadas pela origem social, ainda que outras dimensões possam ser consideradas nesse processo. É o caso, por exemplo, de políticas públicas direcionadas para diminuir desigualdades sociais com efeitos nas trajetórias individuais.

Diante disso, o objetivo geral do trabalho é compreender os efeitos da origem socioeconômica sobre a trajetória educacional e profissional dos policiais rodoviários federais a partir da análise do perfil socioeconômico dos recém ingressantes na instituição. Para isso, a monografia está dividida em três capítulos, além desta introdução e considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a discussão teórica acerca dos determinantes das desigualdades sociais. Através de levantamento bibliográfico das principais produções na área, mostra os mecanismos que operam para a produção e reprodução das desigualdades sociais. Também discute a expansão educacional dos últimos cinquenta anos e quais os efeitos para o recrutamento dos novos quadros da PRF.

O capítulo seguinte traz um breve histórico das formas de acesso ao quadro de servidores da Polícia Rodoviária Federal antes e pós Constituição Federal de 1988. O levantamento foi feito através de pesquisa documental e entrevistas com antigos servidores que ajudaram na construção e consolidação da instituição no cenário nacional. Sou Policial Rodoviário Federal há mais de dez anos, o que possibilitou o contato com múltiplos servidores do quadro da PRF em diversos estados do Brasil, seja em operações policiais ou ministrando instruções em cursos de formação. Isso porque pertencço há mais de seis anos ao quadro de Instrutores, atuando em Cursos de Formação Profissional, Cursos de Motociclistas Policial e diversas atualizações pedagógicas. O fato de trabalhar diretamente na formação dos policiais permitiu que eu observasse a importância da atuação de um quadro profissional qualificado, que vem sofrendo alterações ao longo da existência da instituição. Destaca-se, neste trabalho, aquela que alterou a exigência de qualificação formal para ingresso na instituição, passando da cobrança do ensino médio completo para o diploma de ensino superior.

O terceiro capítulo é destinado à análise dos dados coletados através dos questionários aplicados aos ingressantes da PRF, divididos em torno de quatro dimensões: trajetória educacional, trajetória profissional, perfil socioeconômico e expectativas profissionais. Foi possível observar o tipo e

qualidade da educação alcançada, cor/raça, gênero, grau de escolaridade dos pais e companheiros, influências familiares na escolha da trajetória educacional e profissional, assim como outras informações que foram debatidas à luz dos conceitos e teorias trabalhadas ao longo do texto. Os dados indicam que as regularidades e especificidades do perfil social fazem parte de um processo de organização da estrutura social que destina as pessoas de origem socioeconômica privilegiada a melhores oportunidades no sistema educacional e no mercado de trabalho.

Espero que a construção desse material, a partir da construção do perfil social dos policiais que estão ingressando na instituição, traga dados concretos para uma melhor possibilidade de escolha do perfil profissiográfico dos futuros candidatos, sendo uma ferramenta comparativa para futuros Cursos de Formação Profissional. Entender a construção social dos quadros da PRF e as regularidades socioeconômicas e educacionais observadas é uma forma de contribuir para um melhor gerenciamento as políticas sociais desenvolvidas pela instituição que tenham foco na redução das desigualdades sociais em seus quadros profissionais.

CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

1.1 RELAÇÃO ENTRE SISTEMA DE ENSINO E ESTRUTURA DE CLASSES

Acompanhando as transformações ocorridas no sistema de ensino ao longo do século XX, sabemos que a educação básica expandiu significativamente os níveis de acesso e conclusão, abrindo espaço para a expansão do ensino superior. No entanto, expansão não é equivalente a democratização das oportunidades educacionais. Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais discussões acerca dos determinantes sociais que funcionam como produtores e reprodutores das desigualdades sociais, com destaque para o papel das instituições de ensino nesse processo. Isso é importante porque o Sistema de Ensino se coloca como um dos principais “mecanismos” para a construção e permanência das estruturas duráveis da desigualdade. O sociólogo francês Pierre Bourdieu foi um dos primeiros autores que enxergou esse mecanismo de reprodução social e conceituou o capital cultural, social e econômico, elementos que estão presentes na origem social do aluno e influenciam diretamente na sua trajetória educacional e no alcance profissional.

De acordo com Bourdieu e Passeron (1992), a forma como as instituições de ensino se relacionam, historicamente desigual, na transmissão da cultura, do conhecimento e do saber é a chave para que a reprodução da desigualdade social se mantenha ampliada e estruturada. O desequilíbrio dos capitais cultural, social e econômico entre os alunos de classes mais favorecidas e menos favorecidas é fator preponderante para que a trajetória educacional desses indivíduos tenha diferentes alcances tanto em termos educacionais quanto profissionais. Ou seja, de forma análoga, se fôssemos criar uma competição que tivesse como objetivo aferir a “competência” ou a escolha de alunos de diferentes classes sociais a uma vaga a um determinado nível educacional (fundamental, médio ou superior) utilizando uma corrida de atletismo de 100 metros rasos como exame para o teste, iríamos observar que teríamos pontos de largada e de chegada bem diferentes. Por exemplo, enquanto alunos de classes menos favorecidas deveriam percorrer os 100 metros necessários para o cumprimento da prova, encontrando diversos obstáculos no meio do caminho, alunos de classes mais favorecidas já largariam de um ponto mais próximo da linha de chegada, pois, ao invés de obstáculos, encontrariam atalhos herdados ou adquiridos em sua convivência familiar.

O que também observamos é a ênfase dada por Bourdieu ao elemento “capital cultural” como aquele que teria maior impacto nas trajetórias educacionais, o que reduz o peso do fator econômico sobre as trajetórias. O capital cultural é aquele, de acordo com Bourdieu, que influencia de maneira mais

determinante as trajetórias educacionais. O autor estabelece três tipos de capital cultural. Sua primeira forma é no estado incorporado, que se dá:

quando “a acumulação do capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor (tal como o bronzamento, (...) de forma que consegue acumular prestígios de propriedades inata e os méritos da aquisição. (...), mas é, sem dúvida, na própria lógica de transmissão do capital cultural que reside o princípio mais poderoso da eficácia ideológica dessa espécie de capital”. (BOURDIEU, 2007, p. 09 e 10)

Sobre o capital incorporado é possível perceber a cultura da classe dominante, que, a um dado momento, se torna a cultura legítima, que será o saber, os valores e objetos a serem reproduzidos. O “capital cultural incorporado” torna-se parte integrante da pessoa, não podendo, justamente por isso, ser trocado instantaneamente. Nesse sentido, está sujeito a uma transmissão hereditária por efeitos sociais, que se produz sempre de forma quase imperceptível, como por exemplo no convívio familiar ou grupo social pertencente, seja nas trocas de experiências vividas, almoços familiares, conversas informais, entre outras ações que possibilitam transmissão de conhecimentos e costumes. Este sistema de ensino com caráter conservador e mantenedor das diferenças, devido a essa estrutura enraizante que se reproduz a partir de uma forte ideologia, que, há muito tempo, tem como função social a manutenção de desigualdades sociais. Nessa mesma linha, Paulo Freire exemplifica a força dessa estrutura educacional em criar “miopias”, o que se faz provocar “novas” verdades e esconder fatos da realidade, como podemos observar na passagem abaixo:

Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou professora é o que diz respeito à força, as vezes maior do que pensamos, da ideologia. É o que nos adverte de suas manhas, das armadilhas que nos faz cair. É que a ideologia tem a ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna míopes. (...) Sabemos que há algo metido na penumbra mas não divisamos bem. A própria “miopia” que nos acomete dificulta a percepção clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade

que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida. (FREIRE, 1996, p.125 e 126)

O segundo tipo de capital cultural, em sua forma material, conceituado por Bourdieu, é aquele que pode ser classificado como matéria ou propriedade em si, que, de uma certa maneira, se define, na sua forma incorporada e transmissível, em suportes materiais, tais como: escritos, pinturas e monumentos. Sua terceira forma é o capital cultural em seu estado institucionalizado, que se concretiza sob a forma do diploma. Neste caso, o diploma se caracteriza por ser a certidão de competência cultural que legitima ao seu portador um valor convencional constante, autonomia relativa e juridicamente garantido.

No campo das ideias, a função do sistema escolar é disponibilizar avaliações, aulas, estruturas e regras iguais a todos, de modo que os alunos tenham condições iguais e as mesmas chances. No entanto, a teoria da reprodução, representada pelos estudos de Bourdieu, mostra que a função da escola é reproduzir as desigualdades sociais. O sistema de ensino não consegue diminuir a influência do capital cultural entre estudantes de diferentes classes sociais. Quase sempre, é o principal responsável pela sua reprodução e manutenção, o que Bourdieu chama de pedagogia do implícito, ou seja, quando a transmissão do conhecimento, os sistemas de avaliação e o capital cultural se colocam como elementos de neutralidade da cultura escolar, ainda que sejam determinados socialmente. Internamente, cria-se uma grande diversidade no sistema de ensino: a “criação” ou “separação” das escolas destinadas aos alunos “pobres” e escolas destinadas aos alunos “ricos”, o que provoca uma desigualdade na organização escolar, nos princípios pedagógicos, estruturas físicas, qualidades dos professores, critérios de avaliações, preparação para o futuro escolar, acompanhamento escolar, entre outras ações que reforçam as desigualdades sociais durante o processo escolar dos alunos e até mesmo depois.

Os conteúdos curriculares, a utilização da linguagem formal, métodos de avaliação e outros conhecimentos gerais nos exames (provas bimestrais, vestibulares, concursos etc.) são selecionados tendo em vista os conhecimentos, valores e interesses da classe dominante, o que aumenta as barreiras para o acesso, permanência e alcance escolar dos alunos de classes menos favorecidas. Bourdieu (1992) mostra como esse processo aconteceu nas escolas europeias do século XX, sobretudo a francesa, que estratifica seu Sistema de Ensino a partir do conhecimento de línguas antigas, tais como grego e latim, pouco familiar aos indivíduos de classes populares.

Uma forma operacional de medir o capital cultural dos alunos é através da escolaridade dos pais. De acordo com Brito (2014), o total de anos de estudo dos pais ou somente da mãe é uma variável que age como indicadora de origem social do indivíduo, pelo fato de a importância da transmissão desse capital cultural familiar e do acompanhamento escolar permitir o aumento da chance desse aluno em lograr êxito em suas passagens de níveis educacionais.

A naturalização da cultura e valores da classe dominante, legitimada pelo Sistema de Ensino, fez com que, historicamente, palavras como dom, vocação e mérito justificassem o sucesso ou fracasso da trajetória educacional de muitos alunos, influenciando, conseqüentemente, a trajetória e o destino dos alunos.

Outro fato que aumenta a distância entre grupos de diferentes meios familiares é a legitimação da cultura da classe dominante, que, segundo Nogueira e Nogueira (2002), é também chamada de cultura geral ou universal, por ser a representação dos gostos, língua, posturas corporais, roupas, músicas, aptidões, preferências, voz, penteados de cabelos, entre outros elementos comuns no dia a dia das elites sociais. Fator em disputa e valorado de forma desigual no Sistema de Ensino, ou seja, os saberes e conhecimentos legitimados pela classe dominante são os que estão presentes no currículo das escolas.

Dessa forma, o capital cultural é o saber acumulado material e imaterial que, a partir da herança familiar (conhecimento da língua, obras de artes, frequência em peças de teatro, transmissão da cultura familiar, técnicas de ensino, frequência a sistemas de ensino, viagens, tempo destinado ao estudo, prática de esportes, entre outros), agregam o desenvolvimento do saber dos alunos e irão refletir diretamente no desempenho escolar. Nessa direção, uma série de estudos aponta que a composição social de determinados grupos como a origem social, racial e de gênero, são fatores que diferenciam o alcance educacional e ocupacional, haja vista a desigualdade do acúmulo e as barreiras existentes para ter o acesso aos diversos tipos de oportunidades.

Organizado e distribuído de acordo com as características familiares, o acúmulo de capitais influencia diretamente as expectativas de futuro na escola, as aspirações do sujeito e as suas chances objetivas no mercado de trabalho. A noção de causalidade do provável (Bourdieu, 1998) indica que a projeção do futuro cria uma situação de “aposta”, na qual os indivíduos projetam suas possibilidades de “sucesso” de acordo com sua posição na hierarquia social. Por isso, cada classe social cria estratégias diferentes em suas trajetórias sociais e educacionais. Em linhas gerais, podemos encontrar regularidades nas escolhas profissionais, nos tempos escolares e nos investimentos financeiros. Como as classes populares detêm pouco capital econômico e social, normalmente como forma de minimizar despesas, o

tempo escolar desses indivíduos é reduzido. Em muitos casos, eles preenchem de forma precoce o mercado de trabalho, ou seja, suas escolhas são direcionadas à busca de resultados a curto prazo e de curto alcance, muitas se “limitam” de forma utilitarista em aprender as funções básicas de ler e escrever, uma vez que excluem a possibilidade de desejar o impossível. De acordo com o autor, “[...] É porque o desejo razoável de ascensão através da escola não pode existir enquanto as chances objetivas forem ínfimas” (Bourdieu, 1998, p. 48).

A classe média enxerga a escola como uma estratégia de mobilidade social. A partir dos valores escolares, cria-se uma expectativa de proximidade com os valores da cultura das elites. As famílias da pequena burguesia investem fortemente no capital cultural, apostam na escola como possibilidade dos filhos em cursar o ensino superior de qualidade e escolher cursos universitários com alto prestígio social (em geral aqueles com maior retorno econômico no mercado de trabalho) e, dessa forma, acenderem socialmente. Como em alguns casos, esse investimento é responsável por grande parte do capital econômico dessas famílias, o que provoca um rigor na fiscalização dos estudos e uma cobrança excessiva pelo “sucesso” nos estudos dos filhos da classes média. Já nas classes dominantes, com “riscos” menores, pelo fato de sua reprodução social já estar garantida, observa-se uma relação mais descontraída com o ensino.

Quanto à interiorização das chances objetivas, a observação do Bourdieu desempenha um papel-chave na análise das estratégias sociais no interior de cada classe social. Por outro lado, ainda que a força das múltiplas determinações seja estruturante, é possível considerar a possibilidade de desvios nessa análise mais geral. Lahire (2008) evidencia a importância de não só analisarmos à maneira dos sociólogos que manipulam categorias macrosociológicas, levando a interpretações generalistas, mas partir da microsociologia, principalmente no contexto escolar onde cada caso tem que ser tratado de forma individualizada. Para uma análise mais aprofundada, ou melhor, individualizada, é necessário se desvencilhar de visões que generalizem a "origem social", "meio social", "grupo social" como algo determinante, podendo ser colocados como sendo "causadores", em modelos gerais (estatísticos), de explicação dos fenômenos de "sucesso" ou de "fracasso" escolar.

Elementos como linguagem, tipos de exames admissionais, disciplinas, postura corporal e até a localização geográfica da residência desses indivíduos, eram, e, continuam sendo fatores determinantes para julgamentos de professores e de empregadores. A partir dessa diferenciação imposta aos indivíduos, de acordo com sua posição social, é possível compreender a diferenciação de remuneração, de prestígio social e de condições de trabalho, entre os ocupantes de classes dominantes e os de classes

menos favorecidas. Esses últimos, em entrevistas, correções de exames e atribuições de notas, são avaliados de forma diferenciada, de modo que esses alunos, no decorrer de sua trajetória, são direcionados a determinados cursos nas universidades e cursos técnicos de menos prestígio social, ou até mesmo “empurrando” de forma precoce ao mercado de trabalho, como podemos refletir na passagem abaixo:

(...) os filhos das elites econômica e cultural direcionam-se, em sua maioria, para carreiras universitárias e para o gerenciamento dos negócios da família, enquanto os filhos de trabalhadores pouco qualificados direcionam suas aspirações profissionais para carreiras que requerem menor qualificação. Em outros termos, a posição social do indivíduo condiciona, em grande medida, suas disposições; as trajetórias profissionais individuais tendem a ser trajetórias de classe. (LEMOS et al., 2008, p.04)

A noção de vocação tem sido um instrumento importante para a reprodução das desigualdades sociais justamente por tornar opacas as barreiras sociais que se impõem ao longo do percurso escolar e profissional. É o caso das desigualdades de gênero, reforçadas pela noção de que as mulheres são mais predispostas a carreiras da esfera do cuidar, por exemplo, do que os homens. A próxima seção apresenta o debate sobre a expansão da escolaridade no Brasil e seus efeitos para a inserção no mercado de trabalho.

1.2 EFEITOS DO DIPLOMA NA ESTRUTURA SOCIAL

A transição da escola para o mercado de trabalho é um desses momentos essenciais na trajetória individual que revela a formação da sociedade enquanto estrutura de posições e de oportunidades abertas (ou fechadas). No Brasil, diferente do que aconteceu nos países do capitalismo avançado, essa transição é marcada por insegurança, precariedade, pouca oferta de emprego, trabalho informal, baixa qualificação, baixa remuneração, ausência de direitos trabalhistas, entre outras características do desenvolvimentismo brasileiro. No período de transição desenvolvimentista (Cardoso, 2008) os jovens e suas famílias não enxergavam a educação formal como elemento central para inserção no mercado de trabalho porque as oportunidades estavam postas nesses termos. Contudo, a partir da década de 1990, mesmo com a permanência de algumas estruturas desiguais duráveis citadas acima, houve mudanças na transição da escola para o trabalho e na inserção dos jovens no mercado de trabalho,

que começaram a exigir a escolaridade como elemento central para a inserção na estrutura produtiva. Cardoso (2008) observou que, ao deixar as escolas, os alunos mais escolarizados (média de 11 anos de estudo) vão ocupar as classes médias e a elite urbana, enquanto os alunos menos escolarizados (média de 08 anos de estudo) vão ocupar as classes baixas, rurais e urbanas.

No caso brasileiro, como até a década de 1950 quase não havia a presença de mulheres, negros e de classes populares nas instituições de ensino (em qualquer nível educacional), observamos que a oferta educacional brasileira historicamente é desigual entre as classes sociais. Além da oferta, o interior do sistema de ensino apresenta barreiras físicas, psicológicas e culturais para a progressão de alunos de classes menos favorecidas (OLIVEIRA, 2006).

Diante desse cenário, uma das lutas do movimento de universalização do acesso ao ensino foi a busca pela expansão das oportunidades educacionais, dimensão fundamental para inclusão das classes populares. Contudo, à medida que a expansão educacional se generalizava entre as classes menos favorecidas, o tão sonhado diploma, mesmo sendo uma “igualdade” simbólica entre as classes, não confirmava equidade, visto que esse certificado, pela sua saturação, perdia importância e prestígio social. Sendo assim, a exigência para determinadas empreitadas educacionais e laborais de alguns indivíduos era deslocada para o Ensino Médio e Superior, que, de certa forma, aumentava a dificuldade em se obterem esses diplomas.

A universalização do acesso ao ensino fundamental no Brasil se deu por diversos motivos e pressões econômicas, políticas e sociais. Para uma parcela da população brasileira, havia a necessidade da busca por certificações escolares que a habilitasse para os novos padrões de modernização brasileira. No entanto, de acordo com Portela (2007) o que mais contribuiu para a universalização do ensino fundamental foi a vertente democratizadora, pautada pela ampliação do acesso para maior número de pessoas, com mais tempo de estudo, por aumento de oportunidades educacionais e profissionais.

Com a universalização do ensino fundamental, a ampliação do ensino médio era a próxima etapa da progressão educacional. Os anos iniciais de 1990 marcam um inédito processo de expansão desse segmento. Neste período se ampliou a matrícula em mais de duas vezes, quando comparado com o ano de 1975, que atendia pouco menos de dois milhões de alunos. Em 2019, esse número fechou em 6.192.819 milhões de matrículas (INEP, 2019).

Uma série de fatores são fundamentais para compreender o processo de organização das oportunidades educacionais no país, com destaque para os altos índices de repetência, evasão e distorção idade-série do sistema educacional. Não obstante, um elemento central nesse processo é a ampliação do

acesso e da permanência que teve, como uma de suas consequências, que desigualdades fossem “empurradas” para outros níveis educacionais, e, de um certo prisma de observação, deslocadas para as próximas etapas educacionais (Raftery e Hout, 1993).

Brito (2014) observou que a média de anos de estudo de um jovem, em 1960, era de 04 anos, ou seja, uma das principais barreiras não era o acesso, mas, sim transpor a barreira de 04 anos de estudo. Em 1991, essa média de anos de estudo passa para 08 anos, e passar dessa barreira é o grande complicador, porque devido aos reflexos da recessão econômica, jovens de classes sociais menos favorecidas eram “atraídos” para o mercado de trabalho, de modo que pudessem ajudar na renda familiar. O autor chamou de “modelo de estratificação educacional brasileiro” o que considerou as marcas da manutenção das estruturas de desigualdade tanto na universalização do acesso ao ensino fundamental, quanto na ampliação do acesso ao ensino médio e, mais recente, a expansão do acesso ao ensino superior.

O Ensino Médio, no “Modelo de Estratificação do ensino brasileiro”, apresenta algumas características temporais e espaciais peculiares. Uma característica temporal é a ampliação tardia. Já uma das características espaciais é a forma como essa ampliação é desigual entre as regiões do Brasil. Conforme aponta Oliveira (2007) evidentemente, dada a já mencionada diferenciação nacional, em algumas regiões a expansão representará mais esforço, pois os déficits históricos são acentuados e já se convive com crônica falta de recursos e de capacidade instalada. Este é o caso particularmente das regiões Norte e Nordeste.

Outro ponto importante a ser investigado é o investimento maciço da classe média e alta no sistema de ensino, quando esses grupos se articulam e criam bases para melhorar a preparação dos seus filhos, seja no pagamento dos estudos dos ensinos fundamental e médio, seja em cursos preparatórios para conseguirem uma vaga em cursos elitizados na Universidade Pública/Privada de qualidade ou posições de vagas em concursos com mais vantagem financeira e prestígio social. O investimento dos pais nesses núcleos escolares proporciona uma estrutura, na qual o aluno goza de uma carga horária ampliada e mais bem organizada, boa infraestrutura de salas de aula, espaços para recreação/esportes, bibliotecas para pesquisas, professores com mais qualificação e uma melhor remuneração, entre outras melhorias que proporcionam um melhor desenvolvimento intelectual desse aluno, fato esse que agrava ainda mais a desigualdade entre os estudantes pertencentes a grupos sociais, tanto no Brasil, quanto em países da América Latina.

Essa forma desigual de organizar as oportunidades educacionais não está presente apenas no Brasil. Stromquist (2004) e Schmelkes (1996) observaram de forma comparativa as estruturas físicas e

recursos materiais/financeiros das escolas urbanas particulares, destinadas às classes médias e às mais privilegiadas, e escolas públicas rurais / indígenas e de lugares mais pobres no México. A desigualdade é latente nas estruturas físicas e arquiteturas. As escolas destinadas a populações mais carentes têm deficiências no acesso a instalações básicas, tais como: água de beber, latrinas, pátios de recreio, condições nas salas de aula e na disponibilidade de livros, laboratórios de pesquisa, diferentemente das escolas destinadas à classe média. Outro elemento primordial para a qualidade no ensino é o salário dos professores, que, com o decorrer do tempo, vem sofrendo perdas significativas em seus vencimentos, principalmente os servidores da esfera pública, o que, conseqüentemente, vão para a iniciativa privada como refúgio para a busca de um melhor salário e recursos estruturais. Devido a isso, os autores observaram que as instituições privadas compreendem o maior número de professores mais qualificados.

Nos últimos anos, mesmo com aumento do acesso aos ensinos fundamental, médio e superior (ampliação de programas, bolsas e vagas), observamos que as desigualdades de classes no alcance educacional e profissional se mantêm. Tal fato pode ser explicado a partir dos estudos dos autores Raftery e Hout (1993), que, a partir das conseqüências da expansão do sistema educacional na Irlanda, criaram a “Hipótese da Desigualdade Maximamente Mantida”. Segundo eles, a redução da desigualdade de acesso a uma determinada etapa da trajetória escolar só aconteceria se o acesso ao sistema de ensino estivesse saturado, ou seja, universalizado. Dessa maneira, assim como vimos no “modelo de estratificação do ensino brasileiro”, a competição pela entrada na etapa em questão transfere-se para as etapas subsequentes da hierarquia das instituições escolares, ou seja, classes sociais com mais recursos se acomodam e se adaptam às novas condições de saturação, de modo que mantenham o maior número de acesso e melhores oportunidades de escolha.

A Teoria da Desigualdade Maximamente Mantida, em sua tese, acreditaria que a expansão do sistema de ensino provocaria a redução das desigualdades sociais. Contudo os autores Shavit e Blossfeld (1993) perceberam que o decréscimo da desigualdade somente ocorre quando os grupos com maiores privilégios estiverem próximos da totalidade das chances de acesso às melhores oportunidades educacionais. Ou seja, após atingir seus anseios educacionais, a desigualdade poderia começar a diminuir. Esse movimento acontece por causa do favorecimento e entrosamento dos grupos sociais ocupantes de posições favorecidas, que se articulam entre si e ocupam as posições oriundas da consolidação da expansão das redes de ensino. Tal hipótese pode-se aplicar em diversos países, inclusive no Brasil, exceto, conforme Caprara (2019), nas nações que diminuiriam as suas desigualdades sociais antes de acontecer a saturação das classes altas no acesso ao ensino básico, como a Holanda e a Suécia

– ou como os Estados Unidos, em que a saturação do acesso ao ensino básico não gerou uma queda das desigualdades como consequência.

No caso do “Modelo de Estratificação do Ensino Brasileiro”, o autor Valle Silva (2003) alerta sobre as lacunas de análise da teoria, como, por exemplo, o efeito da cor da pele e gênero nas transições educacionais mais altas, ainda que em queda no decorrer das coortes, assim como para as diferenças em queda entre a residência em localidades rurais ou urbanas.

Outra hipótese de análise também paradigmática que se contrapõe a Teoria da Desigualdade Maximamente Mantida é a Teoria da Desigualdade Efetivamente Mantida (Lucas, 2001), que indica que mesmo quando os sistemas de ensino universalizam, as desigualdades permanecem nos caminhos mais prestigiosos e seletivos do sistema. Como, por exemplo, historicamente, graduações de medicina, de direito e de algumas engenharias são ocupadas por estudantes oriundos de classes mais favorecidas, assim como concursos na área de magistratura, que, além de exames bem específicos, são exigidas etapas com experiências na área jurídica, que demandam além de recursos financeiros, tempo educacional e capital informacional, que possam substanciar a trajetória desse aluno. Mesmo com o aumento do acesso de classes menos favorecidas às universidades, podemos observar, tanto no Brasil, como em outros países, que grande parcela desses alunos ocupa cursos com menor prestígio social.

Em diversos países do mundo, autores se debruçaram em pesquisas para identificar em qual teoria a trajetória educacional se encaixava. A tese de Lucas (2001) consiste em certificar que os atores dotados de condições socioeconômicas mais elevadas e suas famílias não perderão quaisquer benefícios possíveis, qualitativos ou quantitativos. Se a “Hipótese da Desigualdade Maximamente Mantida” propõe que numa etapa educacional universalizada a competição pelo acesso seria nula, a tese da “Desigualdade Efetivamente Mantida” estipula que ainda em contextos de escolarização universalizada a competição prosseguiria. As disputas se dariam por fatores como o tipo da escola, as referências de qualidade etc.

Apesar dos avanços na expansão educacional no Brasil, as desigualdades seguem se reproduzindo no interior do sistema de ensino. De acordo com Brito:

A implicação central da desigualdade efetivamente mantida para a progressão educacional é a de que, para níveis quase universais de escolarização, o efeito da origem afetará diferenças em tipo de escolarização (diferenças qualitativas). Neste ponto distancia-se de conclusões derivadas da desigualdade maximamente mantida: ambas tratam da competição entre famílias por posições educacionais mais valorizadas, mas,

enquanto a desigualdade maximamente mantida supõe que a competição será nula para os níveis que atingiram a universalidade, a desigualdade efetivamente mantida indica que, nestes casos, a competição ocorrerá no entorno do tipo de educação acessada. Por outro lado, desigualdade maximamente mantida e desigualdade efetivamente mantida não são de todo divergentes, na medida em que para ambas as perspectivas, o impacto da origem social sobre a trajetória educacional é significativo em níveis não universalizados. (...) Tais resultados problematizam as implicações previstas pela desigualdade maximamente mantida, pois indicam que a universalidade pode ser irrelevante para o conflito de classes, já que o foco do conflito pode simplesmente mudar uma vez que se alcançam taxas saturadas de participação. (BRITO, 2014, p. 37 e 39)

Cardoso (2008) observou que, a partir da década de 90, o aumento da concorrência no topo da hierarquia social, a reestruturação econômica e o crescimento mais lento de postos de trabalho, quando comparado ao crescimento da população economicamente ativa, fizeram com que aumentasse o quantitativo da média de anos de estudos antes de entrar no mercado de trabalho. Em determinados cargos do mercado de trabalho, a ampla concorrência provocou, em alguns indivíduos, a recusa de empregos ou postergação de sua entrada no mercado de trabalho em busca de uma melhor qualificação e preparo. Ou seja, a desigualdade no alcance educacional aliada ao tipo de educação adquirida são fatores determinantes na compreensão da manutenção das desigualdades educacionais no país.

A expansão do ensino superior, no Brasil, é considerada a partir dessas duas chaves de análise. No que pese a ampliação do acesso (aumento do número de vagas e de financiamento público) e as políticas de ação afirmativa, o que os estudos têm mostrado é que as desigualdades seguem mantidas a partir das diferenças no valor do diploma adquirido pelos estudantes. Ou seja, a democratização do ensino superior não pode se constituir somente pela ampliação do acesso a grupos tradicionalmente excluídos, uma vez que as diferenças nos caminhos e percursos do sistema tendem a reproduzir, legitimar e reiterar as desigualdades sociais.

Essa discussão é fundamental na análise da relação entre origem social e destino profissional. As fortes desigualdades e hierarquias internas do sistema de ensino se colocam, portanto, como elemento importante a ser considerado na análise dos percursos profissionais percorridos pelos indivíduos e nos permitem compreender a força da estrutura social nesse processo. Como o objetivo deste trabalho é observar os determinantes sociais que atuam na configuração dos destinos ocupacionais, com foco no grupo de policiais rodoviários federais, o próximo capítulo irá apresentar o histórico de formação desse

grupo no contexto mais geral das ocupações no país, e mostrar os efeitos que a inflação das credenciais teve no seu processo seletivo.

CAPÍTULO 2 – MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO SOCIAL DA PRF

Este capítulo apresenta um breve histórico da formação e estruturação da Polícia Rodoviária Federal como uma instituição integrada no Sistema Nacional de Segurança Pública. Para isso, foi feita uma busca nos acervos históricos da instituição e nos documentos públicos disponíveis em posse de alguns servidores e na internet, além de levantamento de dados e informações, tais como: as formas de ingresso dos servidores, o quantitativo de alunos por curso de formação profissional, as exigências dos certames, políticas públicas dos concursos públicos, entre outros dados. Será dada especial atenção para as formas de ingresso dos servidores ao longo de quase um século de existência.

Ter aproximação com o tema em função da vivência, enquanto Policial Rodoviário Federal há mais de dez anos, possibilitou o contato com múltiplos servidores do quadro da PRF em diversos estados do Brasil, seja em operações policiais ou ministrando instruções. Assim, foi possível organizar a coleta de material a partir de três frentes: a primeira, material pessoal coletado ao longo dos quase 11 anos de profissão que inclui a compilação de histórias orais de policiais da ativa e aposentados; a segunda é a busca de informações que constam nos documentos públicos oficiais (decretos, arquivos administrativos, fotos, certidões, entre outros); e a terceira a realização de entrevistas não estruturadas (sem perguntas fixas) com três PRF's aposentados e três da ativa, que foram escolhidos intencionalmente, por serem indivíduos com forte envolvimento e conhecimento da Instituição. Essas entrevistas foram realizadas ao longo do processo de pesquisa para esta monografia. O diferencial de poder trabalhar com essas três frentes de material é a riqueza de detalhes e documentos novos que foram coletados durante o processo de construção da pesquisa.

Outro recurso metodológico que utilizaremos para uma melhor compreensão do leitor que não teve contato com siglas e nomenclaturas que mudaram no decorrer do processo histórico da instituição e do ingresso dos servidores ao longo desse tempo é adotar a nomenclatura de Polícia Rodoviária Federal e a sigla PRF para todo o período abordado, assim como utilizaremos a nomenclatura de policial rodoviário federal para aquele servidor ocupante do cargo. Os leitores irão perceber que em algum período histórico a instituição fora conhecida como “Polícia das Estradas” ou “Patrulha Rodoviária Federal”, o mesmo acontecendo com a nomenclatura de “Inspetores de Tráfego” e “Patrulheiro Rodoviária Federal”, quando nos referirmos aos policiais rodoviários federais.

Busca-se, com isso, situar historicamente a constituição da instituição de modo a subsidiar a análise sobre as trajetórias educacionais e profissionais dos alunos do curso de formação profissional da PRF e, a partir disso, elaborar o perfil social desses profissionais.

2.1 UM BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Em 1927, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Washington Luís, aprovou o decreto nº. 5.372, de 9 de dezembro de 1927, que regulamentou “*a circulação internacional de automóveis, no território brasileiro, a sinalização, a segurança do trânsito e a polícia das estradas de rodagem*”. No ano seguinte, buscando melhorar a segurança na circulação de automóveis, o decreto presidencial nº 18.323, do dia 24 de julho de 1928, instituiu o embrião da Polícia Rodoviária Federal,

que, naquela ocasião, era subordinada à Comissão de Estradas de Rodagem (CER), e foi intitulada como **“Polícia das Estradas de Rodagem”**, assim chamada até 1945. Neste ano, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), órgão responsável por gerir a **Polícia das Estradas de Rodagem**, modificou o nome para **“Polícia Rodoviária Federal”** que perdurou até o ano 1965. Naquele ano, o DNER, com intuito de evitar que a sociedade confundisse o nome das duas corporações com denominação semelhante na esfera federal e a superposição no policiamento, modificou para – **“Patrulha Rodoviária Federal”**, mesmo período em que o governo federal criou o Serviço de Polícia Rodoviária Federal, Decreto no 56.510, de 28 de junho de 1965, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (hoje, Polícia Federal).

O nome Patrulha Rodoviária Federal durou até 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, que alterou o nome para Polícia Rodoviária Federal, subordinada ao Ministério da Justiça. Regulamentações posteriores, no início da década de 1990, Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e o Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991, elevaram a PRF à condição de Instituição Policial, graças à movimentação das organizações associativas, tais como a União do Policial Rodoviário Federal (“Casa do Inspetor”), Associação da Patrulha Federal do Paraná, Associação Nacional da Polícia Rodoviária Federal, bem como o grande apoio popular. Os participantes se organizaram e recolheram um total de 175.623 assinaturas, cujo documento foi levado ao governo federal. A tabela abaixo sistematiza as mudanças no nome da instituição desde sua criação, vínculos e os principais decretos.

Tabela 1: Nomenclatura e período da Polícia Rodoviária Federal

Período	Nome	Órgão responsável	Decretos e modificações
1928 - 1945	POLÍCIA DAS ESTRADAS DE RODAGEM	CER - Comissão de Estradas de Rodagem	24 de julho de 1928, por meio do Decreto nº 18.323
1945 - 1965	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem	Decreto nº 8.463 (também conhecido como Lei Joppert) * Em 1952 , decreto nº 31.154, de 19/07/52, passou para Divisão de Conservação ,

			Pavimentação e Tráfego – DCPT – do DNER ** Em 1957 , Decreto n° 42.799, passou para a Divisão de Trânsito – do DNER
1965 - 1988	PATRULHA RODOVIÁRIA FEDERAL	DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem	28 de junho de 1965, decreto no 56.510, de, art. 184
Pós 1988	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	Ministério da Justiça	Lei n° 8.028, de 12 de abril de 1990, e do Decreto n° 11, de 18/01/91

Fonte: Quadro esquemático sobre as mudanças das nomenclaturas (siglas) da Instituição – grifo nosso

A criação da Polícia Rodoviária Federal, em um primeiro momento, teve como objetivo promover a segurança viária (sinalização, desvio de trechos, atendimento de acidentes e prestação de socorro às vítimas) durante a construção das primeiras rodovias federais (Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo, Rio-Bahia e União Indústria) no Brasil. Suas competências, funções sociais e marcos operacionais foram aumentando com o decorrer do desenvolvimento econômico e social, o que, de uma certa maneira, estruturou a instituição. Como exemplos disso podemos citar: a criação do Código Nacional de Trânsito, em 1941, que aumentou e legitimou as competências e ações fiscalizatórias; a vinda do presidente americano Henry Truman para Brasil, em 1947, juntamente com 25 motocicletas modelo Harley Davidson, o que impulsionou a criação do primeiro Grupo de Motociclistas da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, responsável por realizar a primeira escolta batador no Brasil; a visita do Papa João Paulo II ao Rio Grande do Norte, outra escolta emblemática, em 1991, que deu grande destaque para a PRF. Dessa maneira, as escoltas de autoridades nacionais e internacionais foram episódios cada vez mais comuns para a instituição.

Ainda observando o protagonismo da instituição do espaço público, a PRF teve grande destaque nos Grandes Eventos Esportivos do século XXI no país: os Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos em 2007; Jornada Mundial da Juventude, em 2012; Copa do Mundo, em 2014; Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, e, recentemente, a Copa América de 2019. No site <https://www.prf.gov.br/agencia/> é possível observar o quanto essas ações demandaram a mobilização de todo efetivo, estrutura, instalação de novos software, rádios, alojamentos, tecnologia, aeronaves e

viaturas policias dos 27 estados da federação, o que resultou no destaque da instituição perante os órgãos de segurança pública e outros órgãos governamentais, que elogiaram a alta performance, dedicação e organização da PRF.

A escolha do rodoviarismo como o principal modal¹ de transportes de pessoas e cargas no país trouxe uma grande responsabilidade para a instituição. A responsabilidade de ser o principal órgão fiscalizador do principal meio de integração nacional torna a PRF uma das instituições mais estratégicas do país. Hoje, tem atribuições mais definidas que vão desde a fiscalização de trânsito e auxílio ao usuário, passando na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, escoltas de dignitários, controle de distúrbio civil, entre outras ações aplicadas nos 71 mil quilômetros de rodovias federais e áreas de interesses da União.

2.1 FORMAS DE ACESSO AO QUADRO PROFISSIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

A forma de acesso aos quadros profissionais da PRF vem mudando ao longo dos anos. Em um começo voluntarista, hoje o acesso à instituição é feito por concurso público, com exigência de nível superior como escolaridade mínima. Para compreender a configuração do perfil social dos atuais policiais, esta seção apresenta as principais mudanças na forma de recrutamento, lançando luz sobre os processos seletivos e a escolaridade exigida.

O primeiro servidor da instituição foi Antônio Félix Filho, o Turquinho, que, antes da assinatura do Decreto Presidencial autorizando a criação das Polícias das Estradas, já trabalhava dirigindo um caminhão para uma das empreiteiras da construção das estradas União Indústria e Rio-Petrópolis. A imagem abaixo mostra Turquinho em seu uniforme, provavelmente no ambiente de trabalho, com ares de sabedoria. Uma verdadeira inspiração para os quadros atuais.

¹ segundo pesquisas da Fundação Dom Cabral, “o Brasil é o país que tem a maior concentração rodoviária de transporte de cargas e passageiros entre as principais economias mundiais: 58% do transporte no país são feitos por rodovias contra 53% da Austrália, 50% da China, 43% da Rússia e 8% do Canadá, segundo dados do Banco Mundial. A malha rodoviária é utilizada para o escoamento de 75% da produção no país, seguida da marítima (9,2%), aérea (5,8%), ferroviária (5,4%), cabotagem (3%) e hidroviária (0,7%)”. (<https://g1.globo.com/economia/noticia/por-que-o-brasil-depnde-tanto-do-transporte-rodoviario.ghtml>).

Figura 1: Antônio Félix Filho, o Turquinho, 1º Policial Rodoviário Federal



Fonte: Secom/RJ – Seção de Comunicação da PRF do RJ

O livro “A Polícia Rodoviária Federal 90 anos de estrada (2018)” traz a história de como iniciou a Instituição. Conforme conta em suas páginas, após diversas idas ao palácio do Catete, entre os anos de 1928 e 1935, sem muito sucesso, Turquinho, cidadão petropolitano, tentou convencer o presidente da República Getúlio Vargas a criar, na prática, a Polícia Rodoviária Federal. Ele resolveu, com muito altruísmo e proatividade, colocar para funcionar a Polícia de Estradas, com o objetivo de solucionar e evitar os inúmeros acidentes que estavam acontecendo em decorrência do aumento do fluxo de veículos e períodos de chuvas na Estrada União – Indústria e Rio Petrópolis. Sendo assim, Antônio Félix Filho comprou com seu próprio dinheiro uma motocicleta alemã marca e modelo Zundapp KS 750, mandou confeccionar seu uniforme, comprou um binóculo, um revólver e começou a trabalhar de forma voluntária durante 10 meses no ano de 1935, quando, realmente, conseguiu um encontro de forma

involuntária, durante uma de suas fiscalizações na estrada Rio – Petrópolis, com o presidente Getúlio Vargas e seu motorista Gregório Fortunato, que estavam se deslocando para a casa de veraneio do presidente em Petrópolis.

Após esse encontro, o engenheiro do DNER Yeddo Fiúza o convidou para inspecionar 450 vigias que eram distribuídos diariamente e com várias funções para auxiliar o tráfego de veículos. Com o aumento da frota e a importância das rodovias, foi criado o primeiro quadro da PRF que foi treinado e chefiado pelo Turquinho, contando com treze servidores.

O mito de criação voluntarista da PRF tem nuances que permitem dizer que, desde sua criação, a organização é associada ao prestígio e integridade. Na construção do seu quadro de pessoal, em diversos momentos, foram utilizados Concursos Públicos, que passaram a ser obrigatórios após a Constituição Federal de 1988, que também regulamentou a ascensão funcional de muitos servidores de outros órgãos governamentais (principalmente do DNER). A linha do tempo que traçaremos faz menção aos concursos públicos da época. Assim como acontece nos dias de hoje, o concurso público para ingresso na PRF era aberto com vagas para todo Brasil. Em algumas ocasiões, o candidato consegue fazer a prova no seu local de residência, mesmo que esteja prestando vaga para trabalhar em outro estado.

Em 1936 o servidor recém-contratado Antônio Wilbert Sobrinho organizou o primeiro concurso público da PRF, que contratou no mesmo ano seis novos policiais. No ano de 1939, já eram 59 policiais que trabalhavam na estrada Rio – Petrópolis. À medida que as estradas federais ficavam prontas, muitas a instituição via, como solução para a investidura do cargo, a ascensão funcional ou aproveitamento de funcionários que trabalhavam como diarista de obra do DNER. Hoje, essa iniciativa se equipararia às empresas terceirizadas que prestam serviço para instituições públicas. Essa modalidade aconteceu, em 1948, com o PRF aposentado Nelson Teixeira, um dos informantes de nossa pesquisa, que, junto com mais 14 diaristas de obra que trabalhavam no DNER, após fazerem provas de conhecimentos gerais e específicos, foram efetivados na BR Rio – Bahia, rodovia que eles tinham acabado de construir. O vínculo empregatício, nesse período, ainda era o celetista, em virtude de o Presidente da República Getúlio Vargas decretar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) apenas em 1943.

O Decreto nº 8.463 (também conhecido como Lei Joppert), de 1945 reorganizou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e deu autonomias financeira, administrativa e jurídica para o órgão se autogerir. O órgão adotou para os seus funcionários o regime de CLT. A primeira turma a ser contratada nesse regime foi a de 1960. Ao longo da história, no processo de

contratação de novos servidores ocorreram as duas modalidades regime (celetistas e estatutários). Contudo, a Constituição Federal de 1988 e seus decretos criaram o regime único para todos os servidores. Com isso, todos os servidores passaram a ser regidos pelo regime jurídico estatutário.

As rodovias federais interiorizavam pelo Brasil, com destaque para o período do governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), que optou por uma política de mobilidade com foco no rodoviarismo como meio de transporte para integração das regiões brasileiras e do preenchimento do “vazio demográfico”, se constituindo também como elemento motivador de sustentação das indústrias automobilísticas que vinham se instalando pelo Brasil.

Dessa maneira, a PRF começou a se organizar como forma de atender às demandas do aumento da frota veicular. No início da década de 1960 há um concurso público para novos policiais, que tinha como pré-requisitos estabelecidos em edital a necessidade de comprovar valores morais por atestado de vida pregressa, uma prova objetiva que exigia conhecimentos gerais e específicos, exame psicotécnico, prova de “motorismo” (prova prática de condução veicular), avaliação médica e exame físico. Nesse mesmo ano, o certame só no estado do Paraná, por exemplo, reuniu 440 candidatos, para 20 vagas. Segundo o PRF aposentado Brustolim, um dos nossos colaboradores da pesquisa, a alta procura para os certames, mesmo com baixos salários e com condições de trabalho aquém do desejável, se deu por conta do prestígio social e notoriedade que a instituição vinha criando e que contou com ajuda de um seriado importante da televisão brasileira, *Vigilante Rodoviário*².

No mesmo ano, os candidatos tomaram posse e 10 dos novos policiais foram trabalhar no Estado de São Paulo, na então recém concluída BR 116, próxima à região da cidade Registro – SP. No ano de 1962, o quadro de servidores da PRF já contava com 897 policiais que trabalhavam na escala 12h por 36h, diuturnamente, sem interrupção do trabalho. Dotada dos mais modernos materiais para fiscalização, a PRF, naquele período, detinha 175 camionetas (com rádio-comunicação e materiais para socorro de vítimas acidentadas), 65 estações fixas de rádio VHF, 103 estações móveis de rádio VHF, 6 caminhões guincho, 3 carros-oficinas, 7 caminhões para apreensões de animais e 6 radares “speed-mater” para detectar o excesso de velocidade e 11 balanças automáticas. (acervo histórico do DNER, 1962, p. 47).

² O *Vigilante Rodoviário* foi um seriado brasileiro criado e dirigido pelo cineasta Ary Fernandes e como produtor técnico Alfredo Palácios, exibido na década de 1960 pela TV Tupi. Ary Fernandes também é o compositor da canção tema de abertura da série, intitulada *Canção do Vigilante Rodoviário* (wikipedia).

No concurso público de 1968, de caráter nacional, só o estado do Paraná ofertou 40 vagas para um universo de mais ou menos 780 candidatos. As exigências eram bem parecidas com as do certame de 1960. A conclusão das obras das rodovias e o crescimento da frota veicular criavam a necessidade do aumento do efetivo pelo Brasil. No ano de 1970, foi realizada a prova do concurso público, também de caráter nacional, ocasião em que o estado do Paraná ofertou 100 vagas, as quais foram preenchidas no ano 1971. Nesse concurso, houve o aproveitamento de candidatos aprovados fora do número de vagas, prática recorrente, até os dias de hoje, na instituição, ou seja, candidatos são convocados posteriormente para realizar um novo curso de formação, como aconteceu no ano 1973, por exemplo, que chamaram mais 12 candidatos paranaenses para compor os quadros da PRF.

O concurso público do ano de 1973, também de caráter nacional, originou as turmas de 1974 e 1975. A primeira formou 180 novos policiais, que foram distribuídos nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A segunda teve um quantitativo bem próximo da primeira turma de formação e seus novos servidores foram distribuídos nos mesmos estados acima mencionados. O DNER era o órgão que coordenava a PRF e distribuía o quantitativo de vagas de acordo com a extensão da rodovia e o volume diário de veículos.

Em 1978, cinquenta anos após a sua fundação, a PRF recebeu as primeiras mulheres em seus quadros. No concurso realizado naquele ano, com vagas distribuídas para todo Brasil, cinco mulheres foram aprovadas. O edital publicado na época não fazia distinção quanto ao gênero dos candidatos. Após a prova de conhecimentos específicos, apenas as candidatas com aproveitamento considerado adequado no treinamento prático foram aptas ao cargo. De acordo com a Inspetora Roseli, hoje aposentada, o treinamento foi feito em instalações do Exército Brasileiro. Elas participaram das mesmas atividades propostas para os candidatos masculinos. Aqui é importante retomar um argumento apresentando no capítulo 01 que indica que as trajetórias profissionais são fortemente marcadas por condições construídas socialmente. Lançando luz sobre o debate de gênero, é preciso considerar que a participação das mulheres vem crescendo em ritmo acelerado, mas os quadros profissionais da instituição ainda são marcadamente masculinos.

Após os concursos públicos de 1978 e 1979, a PRF só voltou a ter concurso público no ano de 1994. Para preencher esse hiato de ingresso de novos servidores e suprir as necessidades emergenciais de cada estado, a PRF se valeu da modalidade da ascensão funcional, “uma forma de provimento de cargo, sem concurso público, através da qual um servidor obtinha um cargo público de carreira distinta

da carreira à qual pertencia o cargo anterior. Foi considerada inconstitucional pelo STF em 1999”³. No Rio de Janeiro, por exemplo, no ano de 1980, a ascensão funcional se deu da seguinte maneira: uma turma com 36 servidores (34 homens e 02 mulheres) do antigo DNER, muitos com funções de motoristas, funcionários dos pedágios, mecânicos, agentes administrativos, entre outros, fizeram 03 meses de curso de formação, 02 meses de aulas teóricas e prática e 01 mês de aula-estágio no hospital Miguel Couto, ingressando, assim, nos quadros da instituição.

A partir da década de 1980, a expansão da criminalidade e da violência urbana no Brasil se tornou um fenômeno social que recebeu destaque considerável por diversos setores da sociedade. Observamos o crescimento da fenomenologia da televiolência⁴ para veicular as notícias relativas a homicídios, tráfico de drogas, corrupção policial, e, sempre, destacando as mais violentas ações criminosas. No entanto, não foi apenas essa escalada vertiginosa que posiciona a criminalidade em nível destacado. Outros aspectos também chamaram a atenção: a complexidade e a organização do crime dentro das penitenciárias, fronteiras e espaços com pouca presença do Estado. É o que Dias Neto (2005) retrata em suas análises sobre o avanço da criminalidade vinculado ao fenômeno da globalização. De acordo com o autor, a criminalidade tornou-se desterritorializada, fluída, deslocável e ousada, o que culminou no surgimento do crime organizado. As tipologias do crime não eram mais estanques ou isoladas em círculos fechados; elas se encontravam cada vez mais interrelacionadas e presentes no aparelho do Estado. As organizações criminosas passam a se utilizar da estrutura logística do país para abastecer o mercado interno e externo de drogas, armas, animais, flora e seres humanos. Esses tipos de crime começaram a utilizar as rodovias federais como modal de transporte para os seus negócios; por isso, a partir desse período, a PRF precisou de se reinventar.

Dada essa complexidade, a Constituição Federal e seus decretos fizeram com que a PRF passasse a integrar o Ministério da Justiça e, através do decreto de nº1655 de 1995, a PRF começou a ganhar atribuições direcionadas ao enfrentamento ao crime. Em virtude disso, a instituição precisou passar por uma mudança de paradigmas operacional e cultural.

Uma importante ação para dar conta da reorientação foi a realização do maior concurso público de sua história. O edital que saiu no ano de 1993 contemplava 4.400 vagas. Como discutido

³ Conceito de ascensão funcional segundo o site:

<https://www.significadosbr.com.br/ascensao#:~:text=Ascens%C3%A3o%20funcional%3A%20era%20uma%20forma,inconstitucional%20pelo%20STF%20em%201999>.

⁴ Segundo JORON (2004) “ a fenomenologia da televiolência é a representação da violência na mídia televisual brasileira, cujas técnicas de visualização apresentam formatos intimistas e passionais ou mesmo preconceituosos e agressivos. O objeto se torna assim seu próprio método de encenação”.

anteriormente, esse certame foi fruto de uma mobilização de instituições públicas e privadas e da sociedade que pleiteavam por uma melhor estrutura para o órgão, que há muito tempo não recebia um quantitativo suficiente para manter suas obrigações funcionais e demandas viária e criminal. Muitos servidores desse concurso se recordam de que as pressões política e popular eram tantas que, caso não houvesse, a instituição estava fadada a sua extinção, devido à falta de recursos em atender às suas demandas diárias.

Em virtude do aumento quantitativo de novos servidores e da ausência de uma estrutura de formação de policiais e quantitativos insuficientes de instrutores, esse concurso se subdividiu em turmas de formação nos anos de 1994, 1995 e 1996. No ano de 1998, houve mais um concurso público de caráter nacional, ofertando 400 (quatrocentas) vagas, contudo já distribuídas regionalmente pelo seu edital. O curso de formação foi realizado no estado da vaga do candidato. Quanto às exigências de avaliação e pré-requisitos foram nos moldes bem parecidos do concurso de 1994, que também exigia nível médio, conhecimentos gerais e específicos na prova objetiva, prova de motorismo, exames psicotécnico, saúde e físico para o seu ingresso.

O concurso de 2002, que ofereceu 600 vagas, para muitos que estão na instituição até hoje, apresentou a maior concorrência quanto à relação candidato/vaga da história da PRF, mil candidatos por vaga, como também apresentou a prova objetiva mais difícil de todas já realizadas, devido à especificidade pedida em cada disciplina, principalmente no que tange a conhecimentos da Legislação de Trânsito.

As aposentadorias de muitos PRF's das turmas da década de 1970 e a ascensão funcional da década de 1980 deixaram o órgão, mais uma vez, com a luz vermelha acesa para o quantitativo de servidores. Por isso, no ano de 2003, saiu o edital do concurso, cuja prova fora realizada em 2004, para 2.200 vagas. Contudo, como a demanda só aumentava, a PRF fez um pedido ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para que autorizasse mais 50% das vagas, ou seja, mais 1.100 alunos. Os habilitados desse certame foram convocados e formados nos Centros de Formação da PRF, localizados em Aquidauana – MS, Rio de Janeiro – RJ, Cachoeira Paulista – SP, Fortaleza – CE e Porto Alegre – RS, em turmas de formação nos anos de 2004, 2005 e 2006, totalizando 3.300 novos policiais.

O último concurso público que exigia o nível médio como pré-requisito foi o do ano de 2008, que ofereceu 340 vagas (194 para o estado do Pará e 146 para o estado do Mato Grosso) para 158.681 inscritos. Foi o segundo concurso público mais disputado da história da PRF, com uma relação média

de 467 candidatos/vaga. Os postulantes ao cargo tiveram que viajar para Brasília, Pará ou Mato Grosso, pois foram os únicos lugares onde foram realizadas as provas objetivas. Novamente a PRF solicitou ao MPOG que autorizasse mais 50% das vagas: por isso, formou mais uma turma de 170 PRF's no ano de 2009. Nesse mesmo ano, houve autorização para mais um concurso público para 750 vagas, que reuniu 103.427 inscritos para o primeiro certame com exigência de nível superior, conforme a lei 11.784 de 2008. Outro ponto importante nesse certame foi a suspeita de fraude nos gabaritos da prova objetiva, que provocou a suspensão do concurso, por um período de 03 anos, para que fosse feita a investigação. Após a resolução desse entrave, o concurso retorna com a formação de mais 1.125 novos servidores em duas turmas, no ano de 2012.

Entretanto, durante a paralisação do certame de 2009, os 161 últimos aprovados do concurso público de 2008, ainda com a validade vigente, em ação conjunta com a PRF, se organizaram e pleitearam junto ao MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Casa Civil a autorização de um curso de formação profissional e nomeação no ano de 2011. Um fato inusitado foi que, como a validade do concurso acabava durante o curso de formação profissional, esses alunos foram nomeados e empossados como Policiais Rodoviários Federais antes que o referido curso terminasse.

Em 2013 saiu o edital para 1000 vagas para todos os estados da federação e obteve um total de 109.769 inscritos. Foi a primeira turma formada na atual Universidade Cooperativa da PRF, localizada na ROD SC 401 - Km 2, 3 - Vargem Pequena, Florianópolis, SC. Esse concurso se distribuiu nas turmas de formação de 2014, aproximadamente com 1.000 alunos, outros candidatos subjuice de concursos anteriores, além de 16 policiais oficiais da Police Nationale d' Haiti (PNH), numa cooperação internacional da PRF. O Curso de Formação de 2015 teve média de 130 alunos, na sua maioria subjuice, devido à inconsistência na análise do exame de saúde dos candidatos aprovados no concurso de 2013. Outra turma de formação, ainda do concurso de 2013, foi no ano de 2016, com o quantitativo de 792 alunos, que foi composta pelos candidatos excedentes (50% do número total de vaga). Outro ponto importante foi o primeiro ano em que a PRF pleiteou em seu edital vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais / deficientes físicos, respeitando os 5% das vagas totais na forma do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990 e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

Após 04 anos sem concurso, em 2018, é lançado um edital para 500 vagas. Visto isso, a instituição já se organizou e pleiteou a autorização da convocação de mais 500 aprovados e candidatos subjuice de outros concursos anteriores, para compor o maior CFP (Curso de Formação Profissional) da história da PRF, realizado dos dias 4 de setembro a 16 de dezembro de 2019. Esse se tornou objeto

de estudo dessa monografia, iniciando a pesquisa dentro das normas de uma Instituição Pública Federal com ritos administrativos e éticos, pelo fato de o Curso de Formação Profissional ser etapa eliminatória do concurso público, o que limita o “acesso” e tempo com os entrevistados. Por isso encontrei, por intermédio do roteiro de perguntas (em anexo) e observações deduzidas do espaço, informações que ajudaram nas respostas das principais características da pesquisa.

Um ponto importante foi a distribuição de vagas destinadas aos candidatos negros, sendo assim o primeiro concurso da história da PRF que seguiu os 20% das vagas que foram providos na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018. E mais uma vez o concurso seguiu as medidas legais dos 5% das vagas para os portadores de necessidades especiais / deficientes físicos⁵.

Outra novidade do concurso é a avaliação de títulos (cargo público de natureza policial, pós graduação, mestrado e doutorado), fato que converge com a discussão estabelecida no capítulo I, onde observamos que, à medida que há saturação dos diplomas dos níveis médio, superior e pós-graduação, as exigências para a ocupação de vagas em cursos de universidades públicas / privadas, cargos privados e vagas em concursos públicos, com mais vantagem financeira e prestígio social, vão deslocando as vantagens sociais construídas para níveis educacionais posteriores. Nesse breve histórico dos certames para ingressar na PRF, podemos observar essa lógica do crescimento das exigências, principalmente no que diz respeito à diplomação dos candidatos.

O quadro abaixo sintetiza a organização do quadro funcional da PRF. Ele inclui as novas carreiras e formas de acesso surgidas na década de 2010. No ano 2012, houve o primeiro concurso para agente administrativo, que ofertou 71 vagas e teve 19.845 inscritos. Em 2014, tivemos um concurso para 216 vagas para o mesmo cargo, que contou com a participação de 259.136 inscritos. É importante destacar que esses dois concursos são frutos de uma discussão interna de muito tempo, devido à instituição ser um órgão de carreira policial única, com gestão independente, provocando ações que criam, muitas das vezes, um serviço que é chamado de atividade meio ou administrativa, que demanda muitos servidores. Na maioria das vezes, essas atividades são executadas por policiais que deixam de fazer o trabalho operacional (nas rodovias federais). Para isso, foi criado o cargo administrativo com uma remuneração e tempo de formação menores do que os do cargo de Policial Rodoviário Federal.

⁵ Conforme prevê o § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto 9.508, de 24 de setembro de 2018, e suas alterações, sobretudo nos termos do art. 3º, inciso III, e art. 4º, § 4º.

Tabela 2: Quadro de Concursos Públicos, Ascensão Funcional e Cursos de Formação da PRF (1935 – 2019)

ANO do CONCURSO / ASCENSÃO	ANO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO	QUANTITATIVO DE VAGAS	INSCRITOS	C/V	MODALIDADE: Nacional ou Regional	ESCOLARIDADE EXIGIDA
1935	1935	13	-	-	RJ	Não havia exigência específica
1936	1936	06 – RJ	-	-	RJ	Ensino médio completo
1948	1948	15 – RJ	-	-	Ascensão Funcional - RJ	Não havia exigência específica
1960	1960	20 – para o estado PR	440 – para o estado PR	22	Nacional – com vagas distribuídas para outros estados	Ensino médio completo
1968	1968	40 - para o estado PR	780 - para o estado PR	19,5	Nacional – com vagas distribuídas para outros estados	Ensino médio completo
1971	1971	100 - para o estado PR	Média de 50 candidatos por vaga*	50	Nacional – com vagas distribuídas para outros estados	Ensino médio completo
1973	1973	12 excedentes - para o estado PR	Média de 50 candidatos por vaga*	50	Cada estado convocou um quantitativo de excedentes	Ensino médio completo
1973	1974	180 – RJ, PR e ES	Média de 80 a 100 candidatos por vaga**	100	Dividido entre os estados	Ensino médio completo
1973	1975	Por volta de 180 – RJ, PR e ES	Média de 80 a 100 candidatos por vaga**	100	Dividido entre os estados	Ensino médio completo

1978	1978	Quantitativo total não apurado – 5 primeiras mulheres na Instituição	Sem informação	-	Nacional – com vagas distribuídas para outros estados	Ensino médio completo
1980	1980	36 – RJ	Não há disputa de vaga	-	Ascensão Funcional – cada está fez em um período e com quantitativo	Não havia exigência específica
1994	1994, 1995 e 1996	4.400	Sem informação	-	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Ensino médio completo
1998	1999	400	Sem informação	-	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Ensino médio completo
2002	2002	600	Sem informação	-	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Ensino médio completo
2003	2004, 2005 e 2006	2.200 + 1.100	524.459	238	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Ensino médio completo
2008	2008	340	158.681	466	Vagas para o PA e MT	Ensino médio completo
2008	2009	172	158.681	466	Vagas para o PA e MT	Ensino médio completo
2008	2011	161	158.681	466	Vagas para o PA e MT	Ensino médio completo

2009	2012	750	103.427	137	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Nível superior completo
2009	2012	375	103.427	137	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Nível superior completo
2013	2014	1000	109.769	109	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Nível superior completo
2013	2015	136	109.769	109	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Nível superior completo
2013	2016	792	109.769	109	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Nível superior completo
2018	2019	500 + 500 (excedentes)	130.000	260	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Nível superior completo
2018	2020	600*** - CFP em andamento	130.000	260	Nacional – com vagas distribuídas para os estados	Nível superior completo

Fonte: grifo nosso

* Relato de um dos nossos colaboradores que participou como candidato nesse concurso público;

** Relato de um dos nossos colaboradores que participou como candidato nesse concurso público;

*** Curso de Formação iniciou-se em 17/07/2020

No primeiro semestre de 2020, segundo a Diretoria de Gestão de Pessoas, a PRF contava com 10.533 servidores (9.568 homens e 965 mulheres), distribuídos em 450 Unidades Operacionais, em torno de 130 delegacias, 27 superintendências (uma em cada estado) e a Sede Administrativa no Distrito Federal. O efetivo está abaixo do ideal, notadamente se levarmos em conta que sua atual circunscrição envolve cobrir 71 mil km de rodovias federais, sendo o órgão com maior capilaridade de atuação no território nacional. Seu rápido poder de movimentação e a ocupação dos locais mais inóspitos do país fazem dela uma instituição diferenciada.

Dessa maneira, podemos compreender, a partir do breve histórico da PRF, a maneira pela qual a instituição foi mudando sua forma de recrutamento. O que salta aos olhos é a forma distinta na qual se deu a criação da PRF. Enquanto a principal tarefa das polícias brasileiras gravitava em torno do controle nas relações de poder e proteção ao patrimônio material, uma das principais ações da recém-criada Polícia Rodoviária Federal era a prestação de serviço, materializado no auxílio ao próximo, atendimento dos primeiros socorros às vítimas de acidente e na proteção ao usuário nas rodovias e estradas. O Brasil optou pelo modal rodoviário. A PRF já nasceu com um viés diferente da cultura e paradigma policial brasileiro, pois a missão dos primeiros policiais era auxiliar o cidadão usuário da estrada, evitar e atender aos acidentes, bem como garantir boas condições de fluxo de veículos e o direito constitucional de ir e vir de pessoas e cargas nas rodovias federais e áreas de interesse da União.

Um outro dado que chama atenção é a mudança das exigências de escolaridade, que caminha em diálogo com a expansão do sistema educacional no país. Passar a exigir o ensino superior como requisito para a candidatura faz parte do contexto mais amplo de expansão dessa modalidade de ensino, conforme vimos no capítulo 01.

O capítulo seguinte analisa as regularidades do perfil socioeconômico e as trajetórias educacionais e profissionais dos novos policiais rodoviários federais. Busca-se entender quem é esse servidor e servidora que compõem o quadro pessoal da instituição, qual foi o seu caminho percorrido, sua classe social e quais as estratégias educacionais foram adotadas para chegar até aqui.

CAPÍTULO 3 - ORIGEM E DESTINO: O PERFIL SOCIAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

O objetivo deste capítulo é traçar o perfil social dos PRF a partir da análise dos dados dos 354 questionários respondidos pelos alunos do Curso de Formação Profissional da PRF, realizado na cidade de Florianópolis, na Universidade Corporativa da PRF⁶. A disponibilização do *link* do questionário de perguntas, criado na plataforma *googledocs*, na ferramenta digital *workplace*, deu-se para os alunos em dois momentos do curso, setembro e novembro, em um período de 24 horas apenas. Embora o *link* tenha ficado disponível por um período pequeno, sua divulgação limitada somente a um canal de comunicação, houve uma adesão muito considerável, que permitiu dados fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. O questionário contém 36 perguntas que giram em torno da origem socioeconômica, trajetórias profissionais e expectativas dos entrevistados.

O Curso de Formação Profissional (CFP) é uma etapa eliminatória do concurso público e demanda alta concentração dos participantes, o que limita o “acesso” e tempo com os entrevistados. Uma forma de contornar essa questão foi através da aplicação remota do questionário, que seguiu as orientações do Coordenador Geral do CFP e do Coordenador da Universidade da PRF (UniPRF). A ferramenta *workplace* funcionava como uma comunicação da Coordenação / Instrutores da PRF com os alunos do Curso de Formação, dessa maneira foi de forma voluntária o preenchimento do questionário

A partir dessas informações foi possível compreender as oportunidades educacionais e profissionais dos futuros PRF e, dessa maneira, traçar o perfil social dos novos quadros profissionais da polícia.

A análise dos dados será feita a partir do resgate das discussões teóricas realizados no capítulo 1 e 2, ligadas à reprodução das desigualdades, expansão do sistema de ensino, diplomação no sistema de ensino, Desigualdade Maximamente Mantida e Desigualdade Efetivamente Mantida, entre outras. Fundamental para a análise é também resgatar os contextos social, político e econômico no qual foi criada a instituição e como se deram as exigências escolares para ingressar no quadro de pessoal da instituição.

⁶ Em 2019, o órgão alcançou uma importante conquista para a formação de policiais e, principalmente, para o sistema de ensino corporativo – a Academia Nacional (ANPRF) se tornou a Universidade Corporativa da PRF (UniPRF). A Polícia Rodoviária Federal, com a implementação da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal, vem a corroborar o processo de diuturna e progressiva modernização na difusão do conhecimento em técnicas policiais e em segurança pública. (www.prf.gov.br/agencia).

3.1 CONTEXTUALIZANDO E CONECTANDO OS DADOS

Os estudantes da UniPRF, após cumprir as exigências necessárias, vão entrar, segundo pesquisas do IBGE, no ano de 2018, no seletivo grupo de menos de 10% da população brasileira, que, devido a essa renda mensal, é considerada “rica”.⁷ O acesso a um cargo da PRF permite ao candidato entrar nos grupos com condições privilegiadas e grande prestígio social, e, para alguns indivíduos, a tão sonhada mobilidade social.

Os candidatos passam por um processo seletivo extremamente concorrido, com disputa de 260 candidatos por uma vaga. Precisam passar por uma prova objetiva, dividida em três blocos: o Bloco I, composto pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico Matemático, Informática, Geopolítica Brasileira, Noções de Física, Ética no serviço público e História da PRF; no Bloco II, Legislação de Trânsito; e no Bloco III, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processo Penal, Direito Constitucional, Legislação Especial e Direitos Humanos e Cidadania. Outra etapa é a prova discursiva, composta por uma redação em que o candidato desenvolve suas ideias de forma dissertativa argumentativa de uma temática atual. Exames de capacidade física, avaliação de saúde, psicológica, investigação social e aprovação do curso de formação profissional são pré-requisitos nos concursos públicos desde o ano de 1960.

Após cumprir essas etapas, o candidato classificado torna-se aluno do Curso de Formação Profissional da PRF que tem a duração de 3 meses, com carga horária de 985 horas presenciais e a distância, em regime de externato. Os alunos têm contato com 35 disciplinas teóricas e práticas e são submetidos a duas provas objetivas. Cada disciplina prática tem sua prova específica. O CFP é uma das etapas do concurso público, ou seja, caso o aluno não tenha no mínimo 70% de aproveitamento nas provas, ele poderá ser desclassificado do certame. Além das avaliações, o regime disciplinar, legitimado pelo manual do aluno, caso infringido, poderá eliminar o candidato.

Este CFP de 2019 contou com 1.134 alunos, conforme a planilha de dados⁸ da Coordenação Pedagógica do curso, apresentando a média de idade de 33 anos.

⁷ O concurso público prestado no ano de 2018, o Curso de Formação Profissional, a nomeação e a posse dos servidores, no ano de 2019, dão direito aos ingressantes ao cargo a uma remuneração inicial de R\$ 10.357,88. Por isso, sob a análise do IBGE: “Quem recebe mais do que R\$ 5.214 por mês já está entre os 10% mais ricos do Brasil. Isso é quase sete vezes mais do que a média do rendimento real de metade da população, que foi de apenas R\$ 754 no ano passado. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio e foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

⁸ Conforme planilha disponibilizada pela Coordenação Pedagógica do curso – PRF Diego Brandão: https://1drv.ms/x/s!AtDvAQk_-xipqSecIq935_ztcmO

Como foi visto no capítulo 1, um dos efeitos da ampliação das oportunidades educacionais é deslocar as desigualdades para níveis mais elevados de ensino. Em um primeiro momento, do ensino fundamental para o médio, depois, do ensino médio para o superior. Dessa maneira, classes sociais com mais recursos se acomodaram e se adaptaram às novas condições de saturação, de modo que mantiveram maior número de acesso e melhores oportunidades de escolha. Somente ocorreu a diminuição da desigualdade, quando os grupos com mais privilégios estiveram próximos da totalidade das chances de acesso às melhores condições educacionais, após atingirem seus anseios educacionais. Por esse lado, observamos que, mesmo atingindo os pontos de interesse das classes mais favorecidas, em algum momento, há a presença de indivíduos de classes menos favorecidas atingindo lugares disputados por classes mais favorecidas. Ou seja, o avanço dos níveis educacionais para as classes menos privilegiadas vai funcionando como se fosse um funil, que vem estreitando a cada etapa educacional. Dessa maneira, os estudantes que chegam a completar nível superior e pleiteiam uma vaga a um concurso ou à pós-graduação podem ser chamados de alunos “sobreviventes”, que, ao longo do percurso educacional e profissional, foram testados contra a força das estruturas sociais duráveis nesse processo. De uma certa maneira, eles mesmos criaram seus mecanismos, cujos preparos intelectuais fazem com que se aproximem dos “benefícios” dos alunos de classes mais favorecidas.

Por isso, neste trabalho, analisamos os dados também de forma individualizada, distribuindo as informações dos entrevistados, de modo que não somente a estatística permita aceder a uma ordem específica de complexidade, mas também a insistência em identificar a reconstrução de configurações sociais singulares que permita ter acesso a um nível de análise de um ponto de vista particular sobre a realidade. Conforme Lahire (2008), mesmo que sejam poucos casos, é possível analisar, de maneira sociológica, cada caso particular, podendo o resultado fugir de um determinado “padrão”. Isso possibilitará um melhor entendimento de uma complexidade específica.

3.2 TRAJETÓRIA EDUCACIONAL: DO ENSINO FUNDAMENTAL AO CURSO PREPARATÓRIO DOS ALUNOS DO CFP 2019

As matrículas no ensino básico no país são localizadas, sobretudo, na rede pública. São 80% nesse setor, reservando um espaço menor para o setor privado tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Na amostra analisada, metade das pessoas cursou o ensino fundamental em escolas particulares. A proporção se repete também no ensino

médio, indicando que, diferente do observado para a população nacional, nesse grupo encontramos mais pessoas com oportunidades de acessar a educação privada.

Perguntamos também qual o tipo de ensino médio cursado. As respostas foram representadas por **81%** que cursaram o ensino médio regular, enquanto esse percentual é de **87%** na população segundo o anuário da PNAD (2016 – 2018) do IBGE⁹. Essa diferença se deve a uma maior formação do grupo analisado em escolas de ensino técnico (**13%**), proporção maior do que na população (**7%**). Observando a trajetória desses indivíduos, é possível supor que o ensino técnico tenha sido um caminho privilegiado para acesso a cargos na área de segurança pública, como será discutido mais a frente.

Já no ensino superior, há uma pequena inversão de porcentagem dos alunos participantes entre as instituições públicas e privadas. Os dados mostram que dos 354 alunos que responderam ao questionário, **49,4%** estudaram em alguma instituição pública, enquanto **48,3%** estudaram em instituição privada¹⁰. As instituições do setor público, em uma inversão do que acontece no ensino básico, tem maior prestígio do que aquelas do setor privado. O recrutamento nessas instituições são altamente seletivos, no que pese as políticas de democratização do acesso em prática desde o início do século XXI¹¹. Em 2018, apenas **24%** das matrículas eram feitas em instituições públicas. Esse é um dado importante que indica que o grupo aqui analisado teve, proporcionalmente, acesso à melhores oportunidades educacionais.

A tabela abaixo organiza esses dados e clarifica as diferenças nas oportunidades educacionais entre os futuros policiais e a parcela da população brasileira.

Tabela 3: Quadro comparativo Ensino Público x Privado em seus níveis educacionais

	Brasil (2018)	PRF	Brasil (2018)	PRF
Nível educacional	Público		Privado	
Ensino fundamental	77%	48,3%	23%	52%
Ensino médio	82%	48%	19%	52%
Ensino superior	24%	50%	76%	48%

Fonte: Inep/Censo Escolar 2018 / *pesquisa no CFP*

Já algum tempo, há uma discussão interna sobre qual seria o perfil

⁹ Dados localizados na reportagem: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>

¹⁰ O percentual restante (2,3%) é distribuído entre os que cursaram universidade militar, universidade pública com pagamento, universidade pública/privada, instituição privada como bolsista Prouni, entre outros casos

¹¹ Dentre essas políticas destacamos o Reuni (2007) e a política de ação afirmativa (2012).

profissiográfico “ideal” do candidato para a Instituição. Na esfera pública, a aferição da capacidade psicológica se resume em exigência ou não do exame psicotécnico. Todavia, o perfil profissiográfico traz informações importantes sobre os candidatos e é dividido em três categorias diferentes: habilidades cognitivas, técnicas e comportamentais. A habilidade cognitiva se refere ao processo mental relacionado à percepção, raciocínio, memória e aprendizado. Elas são importantes no que se diz respeito à criatividade, capacidade de resolver problemas com rapidez, inteligência e para a obtenção de conhecimento de forma geral. Já a habilidade técnica engloba os conhecimentos adquiridos em cursos, na universidade, em formações, em estudos e mesmo por meio de experiências práticas em outros locais. Por fim, as habilidades comportamentais são as que fazem parte da personalidade do indivíduo, como capacidade de criar bom relacionamento interpessoal, temperamento positivo, proatividade, liderança, comunicação assertiva, gestão do tempo, inteligência emocional para trabalhar sob pressão e em equipe, forma como lida com emoções, entre outras.

Dessa maneira, a PRF tem a perspectiva de compreender todas essas habilidades no perfil profissiográfico do seu servidor. Para isso, nas suas etapas de seleção, essas habilidades são testadas de modo que possam avaliar e selecionar candidatos com esse perfil. A PRF, por exemplo, por ser uma instituição policial garantista dos direitos do cidadão, exige, em suas provas objetivas, a partir da nova Constituição Federal de 1988, conhecimentos no campo do Direito Constitucional, Penal, Processual Penal, Administrativo, Civil e Ética do servidor público. Sendo assim, quando uma prova objetiva tem um quantitativo maior de questões que englobem conhecimentos na área do Direito, provavelmente, será diagnosticado, dentro do universo dos candidatos classificados, um número maior de indivíduos com o conhecimento técnico nessa área ou graduados em faculdade de Direito.

Com o desenvolvimento de outros campos de atuação da Instituição, como, por exemplo, a Perícia de Acidentes, que exige conhecimentos técnicos de matemática e física, os últimos concursos passaram a exigir conhecimentos em Física e Raciocínio Lógico Matemático. Dessa maneira, no certame de 2018, houve um quantitativo considerável de questões na prova objetiva dessas duas matérias, o que, de uma certa maneira, abarca candidatos que se formaram em graduações que tenham conhecimentos em disciplinas do campo das exatas e das engenharias. Tal fato pode ser comprovado pelo fato de que **28,5%** dos alunos do CFP de 2019 cursaram alguma engenharia, percentual maior do observado no ensino superior brasileiro, que possui 14,9% de estudantes nessa

área (Inep, 2018). Parte significativa cursou ciências exatas (13,5%), percentual acima do observado na média nacional. Tal fato sobressaiu aos olhos dos coordenadores e instrutores da PRF, que já trabalharam nos cursos anteriores e viam a maioria dos candidatos pertencerem às Ciências Humanas, principalmente oriundos de uma faculdade do Direito.

Um dos elementos inovadores do edital do concurso de 2018 é a contabilização da pontuação para provas e títulos, que previu a pontuação extra para candidatos que possuíam diploma de pós-graduação, mestrado, doutorado e também para quem já teve experiência na área da segurança pública. Nos últimos dez anos, as polícias civis dos estados vêm exigindo o diploma de nível superior como pré-requisito para a investidura do cargo. Dessa maneira, atualmente, no Brasil, as polícias que exigem o nível superior para o ingresso na instituição são as seguintes: Polícias Civis de alguns estados, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e algumas Polícias Militares para o cargo de Oficial. Ter uma instituição policial que valoriza a experiência pretérita da carreira de segurança pública e conhecimento acadêmico do candidato faz com que esse servidor já agregue habilidades que levariam algum tempo para serem adquiridas. Os dados coletados mostram que **34,3%** dos novos servidores já possuem algum tipo de pós-graduação (**28,3%** especialização *latu sensu*, **0,6%** MBA, **5,4%** mestrado ou doutorado). Enquanto apenas **2,7%**¹² da população brasileira têm alguma pós graduação, e a quantidade de mestres é ainda menor: estima-se que **0,8%**¹³ da população tem o diploma de mestrado.

3.3 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Ter experiência na área de segurança pública é um dos itens que pontuam no processo seletivo da PRF. Na amostra analisada, um em cada três alunos (**33%**) já trabalhavam na área de segurança pública. Nesse universo, destacam-se profissionais que eram Policiais Militares (**36,5%**), Policiais Civis (**18,3%**) e Militares das Forças Armadas (**17,4%**).

3.4 PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO

¹² Considerando apenas a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões tenham concluído um curso de especialização de nível superior, número três vezes menor em comparação aos que concluíram a graduação (cerca de 19 milhões). (<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2019-12/pesquisa-revela-crescimento-de-74-dos-alunos-de-pos-graduacao-no-pais>).

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/aceso-a-mestrado-no-brasil-e-16-vezes-menor-do-que-em-paises-ricos.shtml>

Indo de acordo a tendência de expansão da educação a distância no ensino superior, **74%** das pessoas que responderam o questionário fizeram curso preparatório online (**68,1%** pago e **6,2%** gratuito), seguido de **11,3%** que escolheram o curso presencial pago, **13,6%** não fizeram nenhum curso preparatório e **0,8%** em outras formas de estudo. De uma certa maneira, o aumento do ensino a distância afetou diretamente na distribuição dos candidatos classificados entre os estados da federação, se comparado aos outros anos de concurso público. Até o concurso de 2012 era observado uma concentração de candidatos vindos das capitais dos estados, tais como RJ, MG, CE e DF. Nesse concurso, segundo relatos de alguns alunos, ter boas aulas e professores online possibilitaram um melhor acesso a plataformas de estudo, economia financeira e de tempo, por não precisar fazer deslocamentos longínquos para assistir às aulas. Tal fato incidiu diretamente na distribuição dos candidatos classificados, que contou com a presença de indivíduos de todas as unidades da federação. Contudo, ainda é observado uma hegemonia entre os estados do Rio de Janeiro (**12,7%**) e Minas Gerais (**11%**), chegando a uma concentração de **35,3%** dos alunos oriundos da região Sudeste.

Outro ponto importante relatado é a média de horas de estudo despendido diariamente, em torno de 12 horas a 14 horas. Uma rotina pesada, principalmente para os alunos que conciliavam o trabalho e estudo. Mas foi possível identificar que **29,4%** dos alunos não trabalhavam durante o processo de preparação para o concurso, o que demonstra mais tranquilidade perante os **43,8%** que responderam que a maior dificuldade durante essa caminhada foi conciliar o tempo de estudo com a atividade laboral.

3.5 PERFIL SOCIOECONÔMICO

Os indicadores que permitem a definição do perfil socioeconômico estão muito interligados à classe social do indivíduo e sua origem social. Elementos como a escolaridade, renda mensal e situação ocupacional e indicativos como sexo, idade, estado civil, local de residência, composição familiar e situação da propriedade em que se vive ajudam a definir o perfil socioeconômico.

Como vimos no capítulo 1, a escolaridade dos pais é um fator importante na definição dos destinos escolares e profissionais especialmente se considerarmos a centralidade do capital cultural para esse processo.

A escolaridade das mães e dos pais do grupo analisado é superior ao panorama observado na população brasileira. Em 2018, uma pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou que *“O Brasil é um dos países*

com o maior número de pessoas sem diploma do ensino médio: mais da metade dos adultos (52%) com idade entre 25 e 64 anos não atingiram o nível médio de formação, segundo o estudo *Um Olhar sobre a Educação*”, enquanto **71,1%** das mães e **63,8%** dos pais dos alunos do CFP de 2019 fizeram no mínimo o Ensino Médio.

A maior escolaridade dos pais se repete também no ensino superior. Em torno de **25%** dos responsáveis têm diploma de graduação. Dentre as mães, **14%** tinham pós-graduação, os pais apenas **6%**. Em 2018, **13,9%**¹⁴ dos trabalhadores apresentavam o diploma de nível superior, enquanto somente **4,19%**¹⁵ da população economicamente ativa brasileira detêm alguma especialização de nível superior. Dentro deste universo, segundo os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação “*apontam que as mulheres são maioria nessa modalidade da educação brasileira, Os números mais recentes, de 2015, indicam 175.419 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens somam 150.236, uma diferença de aproximadamente 15%*”.

Uma vez que consideramos a construção social da trajetória dos indivíduos, os determinantes que influenciam e moldam as escolhas, um importante dado diz respeito à familiares que já trabalhavam na área de segurança pública. Na amostra, **26%** tinham familiares próximos (pais, mães e irmãos) que são ou já foram servidores da segurança pública ou militar. Esse é um importante indicador das múltiplas determinações que agem na trajetória das pessoas.

A quase totalidade dos alunos classificados no concurso tem acesso à internet, sendo que **56,4%** acessam do computador de casa e **43,3%** usam o smartfone ou tablet. Essa taxa é bem maior que a média brasileira. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020¹⁶, apontou que **25%** (um em cada quatro) dos brasileiros não têm acesso à internet.

A desigualdade de gênero ainda é uma realidade para a instituição, ainda que a entrada das primeiras mulheres tenha sido em 1978, conforme visto no capítulo 2.

¹⁴ Um total de 19,4 milhões de indivíduos possuem o diploma de nível superior, no ano de 2018, segundo o site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

¹⁵ Estima-se que 5,7 milhões de indivíduos tenham concluído um curso de especialização de nível superior.- Disponível: em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/06/pesquisa-revela-crescimento-de-74-dos-alunos-de-pos-graduacao-no-pais.htm?cmpid=copiaecola>

¹⁶ Reportagem com os dados do IBGE: 29 de Abril de 2020 às 19h30.

<https://canaltech.com.br/internet/25-dos-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-aponta-pesquisa-164107/#:~:text=O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia,representa%2046%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas.>

Consultando o quadro atual de pessoal, no primeiro semestre de 2020, a PRF é composta de 10.533 servidores (9.568 homens e 965 mulheres), ou seja, com a representação de **9,1%** de mulheres. Já a porcentagem das alunas do CFP de 2019 é de **11,6%**, um aumento de **2%** da participação do sexo feminino. A sociologia há muito tempo vem discutindo os mecanismos por trás da manutenção das desigualdades de gênero, indicando que as diferenças nas possibilidades de acesso a cargos de prestígio no mercado de trabalho não são naturais, mas construídas socialmente. Uma série de fatores contribuem para isso, com destaque para a naturalização das mulheres em carreiras ligadas à esfera do cuidar (secretárias, professoras, enfermeiras, entre outros), com menores rendimentos (Tilly, 1998).

Um outro debate de destaque para o campo é a desigualdade racial. O Brasil é um país forjado na violência sistemática contra negros (pretos + pardos) e indígenas. Somado à questão de gênero, temos as mulheres negras em absoluta desvantagem na estrutura social. Uma forma de alterar esse quadro é a aplicação de políticas de ação afirmativa, como a que acontece no ensino superior, que destina metade das vagas para estudantes de escola pública e, dentre desse grupo, as cotas raciais, que considera a proporção de negros e indígenas nos estados. A PRF faz parte desse movimento e desde 2014 aplica a normatização de 20% das vagas destinadas a negros (Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018). O curso de formação profissional de 2019 foi formado por 1.000 candidatos, que foram regidos por essa previsibilidade, e mais 134 candidatos subjuídice de concursos anteriores, que não eram regulamentados dentro dos parâmetros dessa lei.

Foi constatado, em nossa pesquisa, que **55,6%** dos alunos se definiram como cor/raça branca, seguidos de **32,5%** de pardos, **9,6%** de pretos e **2,3%** de amarelos. Na Tabela 4, é possível comparar a distribuição da cor/raça dos alunos PRF com a população brasileira, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019 do IBGE. Nota-se uma maior concentração de indivíduos de cor branca entre os alunos do que na população brasileira. Pardos e pretos somam **40%** dos alunos, percentual abaixo dos **56%** da população brasileira, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 4: Quadro distributivo de COR/RAÇA entre a população Brasileira x alunos da PRF

COR / RAÇA	Brasil	PRF
Branços	42,7%	55,6%
Pardos	46,8%	32,5%

Pretos	9,4%	9,6%
Amarelos ou indígenas	1,1%	2,3%

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019 - autodeclaração / pesquisa no CFP

Boa parte dos respondentes da amostra mora em casa própria (59%), 28% em imóveis alugados, 5,6% em residência cedida e 7,4% dos restantes são subdivididos em morar com pais, imóveis financiados, morar com amigos, entre outros casos. Do total das residências desses indivíduos, 97 % são localizadas em na área urbana. Esse é um contraponto ao local de trabalho do novo servidor uma vez que, das 440 Unidades Operacionais de Policiamento da PRF, a grande maioria fica localizada na área rural.

Na pesquisa aplicada, foi perguntado qual era a renda mensal antes de entrar no CFP de 2019. Durante a etapa do curso de formação, o aluno ainda não faz parte do quadro de pessoal da PRF, todavia ele tem a escolha de receber 50% dos vencimentos iniciais do cargo de Policial Rodoviário Federal. Caso ele já receba um valor superior aos 50% propostos pela PRF, ele poderá optar pelo maior. A **tabela 05** mostra a renda mensal dos alunos e a renda mensal da população brasileira.

Tabela 5: Distribuição de renda – Brasil e alunos do CFP

Faixa de rendimento	Distribuição da renda – Brasil, 2018	Distribuição da renda alunos CFP da PRF 2019
Até 1 salários mínimo	42,7%	1,1%
De 1 a 2 salários mínimos	32%	3,1%
de 3 a 5 salários mínimos	10,8%	21,6%
de 5 a 10 salários mínimos	8,2%	40,9%
de 10 a 20 salários mínimos	6,3%	18,8%
de 20 a 30 salários mínimos	0,43%	3,1%
Mais de 30 salários mínimos	0,2%	0,9%

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/24304>

Como vimos anteriormente, 71% dos alunos trabalhavam antes de entrar no CFP de 2019, ou seja, trabalhavam e estudavam durante o processo de preparação para o certame. Em destaque, 7,9 % trabalhavam entre 21 horas e 30 horas semanais, 31,9% trabalhavam de 31 horas a 40 horas semanais e 29,9% trabalhavam mais de 40 horas semanais, o que nos evidencia uma rotina muito pesada para esses candidatos, que faziam a conciliação de rotinas duras de estudo, trabalho e preparação física.

A maior parte desses empregos estava no mercado de trabalho formal. Três em cada quatro alunos tinham vínculo formal, ou seja, possuíam algum recolhimento da previdência social, enquanto que **25%** não possuíam qualquer vínculo. Em 2018, o IBGE apontou que o Brasil chegou a **41,3%** de trabalhadores na informalidade, sua maior porcentagem da história.

O início da trajetória profissional dos alunos do CFP de 2019 é composta por **12,4%** que começaram a trabalhar antes dos 14 anos, **12,7%** entre 14 e 17 anos, **17,9%** entre 17 e 18 anos e **50,1%** entre 18 e 25 anos.

Quanto à composição familiar desses alunos, a pesquisa esclarece que a maior parte é solteiro **55,5%**, **41%** são casados ou têm União Estável e **3,4%** estão namorando, noivos ou são divorciados. Do universo dos que são casados ou com união estável, **29,5%** de seus companheiros(as) possuem pós-graduação, **53,7%** possuem nível superior, **7,9%** não concluíram o nível superior, **8,5%** fizeram até o ensino médio e **0,5%** tem apenas o nível fundamental. A pesquisa também investigou a composição familiar dos entrevistados. Dos que responderam, **79%** não têm filhos, **14%** têm apenas um filho, **5,9%** têm dois filhos e **0,8%** tem 3 ou mais filhos.

3.6 EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS

No capítulo 1, foram feitas diversas abordagens acerca da trajetória educacional. A partir do debate estabelecido, observamos que alguns cursos de graduação e conquistas de vagas em concursos públicos proporcionam privilégios sociais, tais como: estabilidade financeira, melhores prêmios salariais e prestígio social. Além disso, vimos que a noção de vocação se mostra equivocada considerando as determinações sociais que moldam as escolhas objetivas dos indivíduos.

Buscando investigar as motivações para ingresso na PRF, foi perguntado “*o que mais contribuiu para a escolha do Concurso da PRF?*”. Entre as respostas se destacam: **41%** responderam que foi o prestígio social da profissão o principal motivo de sua escolha, e **22,2%** das respostas apontam a estabilidade econômica como principal motivador. Como foi abordado, no início desse capítulo, hoje, no Brasil, a pessoa que é concursada por uma instituição que dá direitos e garantias iguais à PRF tem “privilégios” que poucos brasileiros possuem (Cappele, 2006).

Este capítulo buscou traçar o perfil social da PRF a partir da análise das variáveis socioeconômicas dos respondentes. A Tabela 6 abaixo apresenta, de maneira sintética, os dados que mais se repetiram ao longo da análise e que permitem estabelecer um perfil

geral dos novos quadros da PRF.

Tabela 6: Quadro síntese do perfil social da PRF

Síntese do perfil social da PRF	Percentual
Homem	88%
Branco	55,6%
Formado em engenharia	28,5
Idade média	33 anos
Solteiro	55%
Não tem filhos	79%
Familiares próximos (pais, mães e irmãos) que são ou já foram servidores da segurança pública ou militar.	26%
Pais com diploma de graduação	25%
Residentes na região Sudeste	35,3%
Residentes na área urbana	96,9%
Acesso à internet	99,7%
Trabalhavam e estudavam	71%
Que recebiam de 5 a 10 salários mínimos	40,9%
Dos que trabalhavam: Vínculo empregatício com previdência social	75%
Motivo da escolha pela PRF: <u>prestígio social da profissão</u>	41%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar, a partir das trajetórias sociais dos alunos da CFP de 2019, como se configura o perfil social dos novos quadros profissionais da Polícia Rodoviária Federal. Os resultados indicam que, de maneira geral, são indivíduos com melhores oportunidades no sistema educacional e no mercado de trabalho.

A partir das regularidades observadas nos dados analisados, conseguimos identificar o perfil social do ingressante na PRF. Dentre as características que mais se repetem são: **88%** são homens; **55,6 %** de cor branca; aproximadamente a cada **3 alunos 1** é formado em alguma engenharia; **55%** são solteiros (as); **79%** não têm filhos; **26%**

têm algum vínculo de parentesco (familiares próximos: pais, mães e irmãos), que já foram ou são da segurança pública ou militar; **71%** dos que conseguiram a classificação no concurso público durante sua preparação estudaram e trabalharam concomitantemente; **75%** com vínculo empregatício e contribuição para a previdência social; **40,9%** recebiam de **5 a 10 salários mínimos mensais** e quase a metade dos novos policiais escolheram a Polícia Rodoviária Federal por causa do prestígio social da profissão.

Identificado o perfil social do aluno do CFP de 2019, é possível articular com a discussão estabelecida no capítulo 1, no que tange às regularidades e estruturas duráveis de desigualdade. Em pleno século XXI, ter quase a totalidade dos futuros PRF do sexo masculino é um indício de que, mesmo com o aumento da participação das mulheres nas escolas e universidades, ainda existem mecanismos que as destinam a carreiras relacionadas a esfera do cuidar, com menores remunerações e prestígio social. Em que pese a política pública de cota para negros neste concurso, a representatividade de pretos e pardos entre os classificados ainda continua numericamente desigual, pois ainda se distancia da média nacional.

Nesses momentos de disputa de vaga em universidade pública, conquista de um cargo público ou uma oportunidade melhor de emprego, observamos que a melhora do acesso aos níveis fundamental e médio e as poucas políticas públicas são insuficientes para garantir melhores oportunidades sociais. À medida que acontece o aumento das vagas nos níveis educacionais (fundamental, médio e superior), as desigualdades são empurradas para níveis acima, o que percebemos que haver mais quantidade de vagas não é sinônimo de igualdade de oportunidades nos estudos ou no mercado de trabalho. É possível constatar a dificuldade, principalmente das classes populares, de se transmitir o capital cultural ou de se manterem financeiramente seus filhos ou entes sob sua responsabilidade somente estudando. Além das instituições educacionais serem diferentes no quesito estrutura física e qualidade no conhecimento disponibilizado para a escola do “rico” quando comparado com a escola do “pobre”. Tais fatos contribuem para a permanência da “corrida de atletismo de 100 metros rasos” que, metaforicamente, simulamos no início deste trabalho, em que uns já iniciam próximo à linha de chegada, outros largam a uma distância maior e com muitos obstáculos pelo caminho.

Ainda que haja uma certa regularidade no perfil social dos policiais, é possível encontrar indivíduos oriundos de classes menos favorecidas, estudantes da rede pública, que conseguiram vaga em Universidade Pública ou trabalharam para conseguir pagar seus estudos no Ensino Superior em Universidade Particular. São os chamados

“sobreviventes” do sistema educacional, aqueles que, mesmo diante do afunilamento das oportunidades e da pouca mobilidade social, conseguem romper padrões estruturantes de desigualdade. São exceções que ajudam a explicar as regularidades observadas.

Essa pesquisa tem também como contribuição para a instituição a possibilidade de analisar diversas temáticas, a partir dos dados coletados, com intuito de melhor conhecer seus servidores, os futuros Policiais Rodoviários Federais, de modo que qualquer mudança nas exigências do acesso ao quadro de pessoal não seja elemento que amplie ainda mais a desigualdade de oportunidades aos futuros ingressantes. Estudos futuros podem indicar os caminhos para democratizar o recrutamento dos policiais rodoviários federais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENHART, D. O que move a ação dos indivíduos? Um diálogo com Pierre Bourdieu e François Dubet. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v.16, n.33, p. 335-348, Jul./Dez. 2014.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos Humanos: coisa de polícia*. Porto Alegre: Capec, 2003.

BELL, Brenda; GAVENTA, John e PETERS, John. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social / Myles Horton, Paulo Freire: tradução de Vera Josceline; notas de Ana Maria Araújo Freire*. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRITO, M.M.A. 2014. A Dependência na Origem. Desigualdades no Sistema Educacional Brasileiro e a Estruturação Social das Oportunidades. Tese de Doutorado em Sociologia, S.P.: Universidade de São Paulo

BOURDIEU, Pierre. La distincion. Madrid: Taurus, 1988.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Em NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.). Petrópolis, RJ : Vozes, 2007f.

CARDOSO, Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. Dados. Vol. 51, núm. 3, 2008, pp. 569-616.

CAPELLE, Monica Carvalho Alves. O trabalho feminino no Policiamento operacional: Subjetividade, Relações de poder e Gênero na oitava Região da Polícia Militar. 2006, UFMG. Disponível: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EMLE-6W7HXL/1/monica_carvalho.pdf

CAPRARA, Bernardo. Sociedade, educação e desigualdade: um panorama sobre teorias e pesquisas, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/download/13698/8459>.

CERQUEIRA, Eduardo Tramontina Valente. “Escritos de Educação” por Pierre Bourdieu. Revista ACOALFAplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 2, n. 4, 2008. Disponível em: e ou . Publicado em: março 2008.

DIAS NETO, Theodomiro. Segurança urbana: o modelo da nova prevenção. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GOFFMAN, E. Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

GONÇALVES, N. G.; GONÇALVES, S. A. Pierre Bourdieu: PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO: contribuições de Pierre Bourdieu para uma reflexão sobre formação de professores para o ensino de História. EntreVer, Florianópolis, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E SOCIAL (IPEA). Brasil: o estado de uma nação. Brasília, DF: IPEA, 2006.

JORON, P. (2008). Fenomenologia da televiolência. Revista FAMECOS, 11(25), 49-59. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2004.25.3284>.

LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia e PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. – Rio de Janeiro, 2008.

LAHIRE, Bernard, Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo, Editora Ática, 2008.

LESSA, Hemilim Da Silva. O que é o direito à educação no sistema socioeducativo? Revista Ensaio, vol. 15, jul-dez de 2019.

LUCAS, Samuel R. Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility and Social Background Effects. *The American Journal of Sociology*, vol. 106, nº 6, 2001.

MARIANNO, Alessandro. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar / --- [et al.]; organização Fernando Cássio: prólogo de Fernando Haddad. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; Catani, Afrânio. (Orgs.) (1998). Pierre Bourdieu. *Escritos em Educação*. Petrópolis: Vozes.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; NOGUEIRA, CLÁUDIO MARQUES MARTINS *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

NEGRESCOLOR, Joan. O que são classes sociais?/ Equipo Plantel; ilustração, tradução Thaisa Burani. – 1.ed. – São Paulo: Boitatá, 2016. 56p: il.

OLIVEIRA, R.P. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007 661. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>.

OLIVEIRA, R.P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), em 2006, sob o título Estado e política educacional: desafios do século XXI. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

PEREIRA, Orcione Aparecida Vieira. Juiz de Fora, MG, 2017. *Desigualdades de oportunidades educacionais: perspectivas teóricas contemporâneas*. Disponível:<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/download/138/90>.

PLANO ESTRATÉGICO 2020 – 2028 da Polícia Rodoviária Federal. DPRF Brasília, (1º Edição).

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL 90 anos de estrada: 1928-2018, DPRF Brasília, 2018. 176p. 1º edição.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Desigualdades urbanas, desigualdades escolares [et al.]. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 334p.- (Metrôpoles).

SANTOS, Milton. Espaço e método. 3º Ed. São Paulo: Nobel, 1985.

SIMÕES, Alvarez de Souza. Segurança Pública: uma nova polícia para um novo tempo. 2008. Monografia (Especialização) – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2008.

STROMQUIST, Nelly. A desigualdade como meio de vida: educação e classe social na América Latina. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 11-28, jan./dez. 2004.

FILMES, JORNAIS, REVISTAS e SITES

- <https://docs.google.com/forms/d/1GT983DSQIBZgGXnVvPqK9Jw2otboLdN8mcDXQvZiGXA/viewanalytics>
- https://www.pensador.com/autor/rozilda_euzebio_costa/
- https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/03/08/internas_economia,741635/diferenca-salarial-homens-e-mulheres-atinge-todas-as-classes-sociais.shtml
- <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/download/138/0>.
https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/RBEP-a-desigualdade-como-meio-de-vida_Nelly-P.-Stromquist.pdf
- http://www.cespe.unb.br/concursos/DPRF2008/arquivos/ED_1_2008_PRF_REABERTURA_FORMI.PDF
- <http://concursos.correioweb.com.br/app/noticias/2007/11/21/noticiasinterna,30037/concurso-da-prf-tem-122-mil-inscritos-com-disputa-maior-no-para.shtml#.Xt986UVKjIU>

- https://blog-static.infra.grancursosonline.com.br/wp-content/uploads/2018/11/28131245/ED_1_PRF_2018_ABT_GRAN_CURSOS_ONLINE.pdf
- https://www.prf.gov.br/wikiprf/index.php/Po1%C3%ADcia_Rodovi%C3%A1ria_Federal_-_PRF
- <https://folhadirigida.com.br/noticias/concurso/prf/concurso-prf-reune-mais-de-129-mil-inscricoes-confirmadas>
- [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20da%20S%C3%ADntese,menor%20no%20Sudeste%20\(6%25\).&text=Estudos%20mostram%20que%20quanto%20mais,desigual%20o%20ensino%E2%80%9D%2C%20explicou.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20da%20S%C3%ADntese,menor%20no%20Sudeste%20(6%25).&text=Estudos%20mostram%20que%20quanto%20mais,desigual%20o%20ensino%E2%80%9D%2C%20explicou.)
- <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/30/censo-escolar-registra-queda-de-4percent-em-matriculas-do-ensino-medio-nas-escolas-publicas.ghtml>
- <https://fenaprf.org.br/novo/sistema-sindical-realiza-pesquisa-junto-ao-efetivo-em-todo-o-pais/>
- <https://www.institutoguimaraes.com.br/pesquisa>
- <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1473093/pg-3-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-09-1998>
- <https://www.aprovaconcursos.com.br/noticias/2017/07/28/policia-rodoviaria-federal-prf-linha-do-tempo/>
- <https://www.prf.gov.br/agencia/policia-rodoviaria-federal-historia-em-detalhes/>
- http://www.cespe.unb.br/concursos/prf_18/arquivos/ED_1_PRF_2018_ABT.PF
- <https://folhadirigida.com.br/noticias/concurso/prf/concurso-prf-reune-mais-de-129-mil-inscricoes-confirmadas>
- https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf
- <https://folhadirigida.com.br/noticias/concurso/visualizar/projeto-preve-mudancas-no-ingresso-a-pm-e-ao-cbm-confira>
- <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/09/11/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-diploma-do-ensino-medio-aponta-ocde.ghtml>
- <https://canaltech.com.br/internet/25-dos-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet-aponta-pesquisa-164107/>

- <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>
- <https://g1.globo.com/economia/noticia/por-que-o-brasil-depende-tanto-do-transporte-rodoviario.ghtml>
- <https://www.migalhas.com.br/depeso/88561/a-policia-cidada-o-cidadao-e-a-constituicao-cidada#:~:text=A%20Pol%C3%ADcia%20Cidad%C3%A3o%20C3%A9%20a,n%C3%A3o%20ao%20combate%20do%20Cidad%C3%A3o.>
- <https://folhadirigida.com.br/noticias/concurso/prf/prf-tem-deficit-de-83-mil-policiais-e-um-novo-concurso-e-urgente#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,uma%20car%C3%AAncia%20de%208.395%20profissionais.>
- <https://www.significadosbr.com.br/ascensao#:~:text=Ascens%C3%A3o%20funcional%3A%20era%20uma%20forma,inconstitucional%20pelo%20STF%20em%201999>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9662.htm
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencianacional/acervo/economia/audio/2018-04/brasileiros-com-renda-acima-de-r-5214-estao-entre-os-10-mais-ricos/>
- <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/pesquisa-revela-crescimento-de-74-dos-alunos-de-pos-graduacao-no-pais>
- <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/aceso-a-mestrado-no-brasil-e-16-vezes-menor-do-que-em-paises-ricos.shtml>
- <https://canaltech.com.br/internet/25-dos-brasileiros-nao-tem-aceso-a-internet-aponta-pesquisa-164107/#:~:text=O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia,representa%2046%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas.>

APÊNDICE

PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO DIRECIONADOS PARA OS ALUNOS DO CFP 2019 (VIA LINK – TOTAL 354 QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS)

01) Onde você cursou majoritariamente o ensino básico? (entende-se pelo ensino fundamental o antigo ginásio).

02) Onde você cursou majoritariamente o ensino médio?

03) Qual o ano de conclusão do ensino médio?

04) Que tipo de estudos de ensino médio você realizou?

05) Onde você cursou majoritariamente a graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)?

06) Qual ano de Conclusão da Graduação?

07) Qual a sua área de graduação ou equivalente?

08) Tem alguma pós graduação?

09) Qual o seu sexo?

10) Levando em conta a classificação usada pelo IBGE. Com você definiria a sua COR ou RAÇA:

11) Em que você trabalhava antes de entrar no Curso de Formação da PRF?

12) Somente para quem trabalhava na área da Segurança Pública e Militares.

Escolha uma das opções abaixo.

13) Você tinha alguém da família (pai, mãe, irmão ou irmã) da área da segurança pública ou militar?

14) Antes de entrar no CFP da PRF, qual era a sua renda mensal?

15) Seu vínculo anterior era formal? (compreende-se por formal o vínculo que gera recolhimento à previdência oficial)

16) Quantas horas semanais você trabalhava antes de entrar no CFP da PRF?

17) Com que idade você começou a trabalhar?

18) Qual seu estado civil?

19) Qual é a escolaridade do seu cônjuge/companheiro (a)?

20) Qual é a renda do seu cônjuge/companheiro (a)?

21) Qual a escolaridade da sua mãe?

22) Qual a escolaridade do seu pai?

23) Qual é a renda mensal da sua família?

- 24) Tem filhos?
- 25) Quantas pessoas em sua residência? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos).
- 26) A residência em que mora é:
- 27) Sua casa está localizada em:
- 28) O que MAIS contribuiu para a escolha do Concurso da PRF?
- 29) Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos para o concurso da PRF?
- 30) Quais pontos que mais dificultaram a sua dedicação à preparação para o concurso da PRF? (pode marcar mais de uma opção)
- 31) Como era o curso de preparatório para o concurso da PRF que você frequenta ou frequentou?
- 32) Quanto tempo você estudou para se preparar para o concurso da PRF?
- 33) Como você acessa a INTERNET
- 34) Você é natural de qual estado?
- 35) Em qual estado você residiu nos últimos 5 anos?
- 36) Em poucas palavras, diga qual a sua importância da sua trajetória educacional para chegar no Curso de Formação da PRF?

LINK DAS RESPOSTAS INDIVIDUALIZADAS E DADOS DE TODOS OS ALUNOS EM PLANILHA

<https://drive.google.com/file/d/1Zp5x8aXBhHRaoFG6DdscyyjvjQKwPnU/view?usp=sharing>

https://1drv.ms/x/s!AtDvAQk_-xipqSecIq935_ztczmO